De "menor" a presidiário

a trajetória inevitável?

Sonia Altoé

Biblioteca Virtual de Ciências Humanas

De “menor” a presidiário

a trajetória inevitável?

Sonia Altoé

centro edelstein de pesquisas sociais
www.centroedelstein.org.br

SUMÁRIO

Agradecimentos 3

Prefácio.. 5

I. Introdução 8

1. Delimitação do objeto.. 8
2. Debate intelectual neste campo 9
3. O presídio "Hélio Gomes".. 11
4. Procedimentos metodológicos da pesquisa 15

II. Quem são os entrevistados.. 22

III. Escolaridade 31

IV. Formação profissional 38

V. Experiência de trabalho 42

VI. Saída de casa: motivos e destino 49

VII. Internato: reclusão "na menor" 56

VIII. Desligamento: liberdade por quanto tempo? 66

IX. Prisão: reclusão "na maior".. 70

X. Considerações Finais 77

XI. Anexo... 81

XII. Bibliografia.. 82

SIGLAS MENCIONADAS

ASSEAF – Associação de Ex-Alunos da FUNABEM

CBIA – Centro Brasileiro da Infância e Adolescência

CESME – Coordenação de Estudos Sobre o Menor

CESPI/USU – Coordenação de Estudos e Pesquisas Sobre a Infância

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa Científica

DESIPE – Departamento do Sistema Penal

FAPERJ – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USU – Universidade Santa Úrsula

“Não dá pra ter lembrança, tudo é a mesma coisa. É igual ao presídio, não tem nada de bom”

Carlos, 22 *anos*

“Cresci; e nisso é que a família não interveio;
Cresci naturalmente, como crescem as magnólias e os gatos.
Talvez os gatos são menos matreiros e, com certeza, as magnólias são menos inquietas do que eu era na minha infância.
Um poeta dizia que o menino é o pai do homem.”

Machado de Assis

Dedico este trabalho a todas às crianças e jovens privados de liberdade, de pensar livremente, e, àqueles que crescem “naturalmente como crescem as magnólias e os gatos”.

AGRADECIMENTOS

A proposta deste estudo é discutir a inserção social do ex-interno da FUNABEM[1] e instituições semelhantes. Meu interesse pelo assunto surgiu quando terminava de escrever a tese de doutoramento, como uma sequência quase que necessária de aprofundar e buscar respostas sobre os resultados da educação e formação oferecidas nos internatos. Nesta primeira pesquisa, *Infâncias Perdidas*, 1990, estudei sete internatos que acolhiam crianças e jovens desde bebês até 18 anos. Anos antes conheci estes jovens quando trabalhei como psicóloga destes internatos estudados e acompanhei a vida de alguns deles após o desligamento. Eles me escreviam, telefonavam e me visitavam para falar o que lhes acontecia ou para pedir orientação. Fiz então, em 1989, meu primeiro estudo sobre os ex-internos que resultou no livro intitulado *Menor em Tempo de Maioridade*, 1993, no qual pesquiso, sobretudo, como se dá a inserção social desses jovens logo que saem dos internatos com 18 anos. Este trabalho levanta questões que são tratadas com maior profundidade na publicação que agora estou apresentando. O livro *De "Menor" À Presidiário – trajetória inevitável?* é resultado da revisão e ampliação, para fins desta publicação, do relatório da pesquisa "O Perfil dos Presidiários Egressos de Estabelecimentos de Assistência à Infância e Adolescência". Nela realizo um estudo sobre presidiários que tiveram uma passagem longa ou curta pelos estabelecimentos de assistência ao "menor".

O trabalho de campo desta pesquisa foi desenvolvido no Presídio "Hélio Gomes" onde tive uma boa acolhida por parte do diretor Heleno, de alguns funcionários, como também de diversos presidiários a quem sou muito grata. Em particular, agradeço o apoio da colega Solange da Silva Mendes, psicóloga do presídio, que nos introduziu naquele estabelecimento. Esta facilidade, que permitiu evitar os entraves burocráticos de praxe, nos levou a escolher este presídio para nosso estudo.

[1] A FUNABEM foi criada pelo Governo Federal em 1964 e extinta em 1990; com a sanção da Lei 8069/90 foi criado o CBIA que tem como objetivo o planejamento político e a produção de conhecimento sobre a infância e a adolescência.

Este trabalho conta com a dedicação de Claire Beraldo, que ainda estudante de psicologia (USU) começou em 1987 a trabalhar comigo e se tomou uma assistente de pesquisa fundamental nestes últimos quatro anos. Conta também com a participação e o entusiasmo de Aliny L. de Carvalho, Ana Carla S.S. da Silva, Cristiane de Carvalho Guimarães, Érika A. Schulze, Karla M. Antonio, Marcia G. de Souza, que foram minhas alunas no curso de Graduação de Psicologia (UFRJ), e da mestranda Maria Cristina C. Lavrador (UFRJ), que trabalharam arduamente na aplicação do questionário e na primeira análise dos resultados. Quero agradecer a todas essas colaboradoras o grande apoio que recebi, tendo a certeza que seria impossível realizar este trabalho sem elas. Esta pesquisa contou também com a participação valiosa dos consultores Rosa Ribeiro, socióloga (IBGE) e José Ricardo Ramalho, sociólogo (UFRJ). Agradeço mais uma vez os comentários e sugestões de meus amigos Alfredo Wagner e Rosilene Alvim.

Agradeço o apoio institucional da CESPI-USU, e do CBIA, em particular, de Irineu E. J. Correa que intermediou o financiamento dos últimos dois meses do trabalho da equipe na fase de redação final deste estudo. Agradeço a FAPERJ que concedeu duas bolsas para estagiárias, e o apoio do CNPq que concedeu uma bolsa de aperfeiçoamento. O CNPq é um dos órgãos de pesquisa que considero menos burocratizado e mais ágil, o que facilita enormemente todo o processo de financiamento e do andamento da pesquisa.

PREFÁCIO

Honrado com o convite que me fez a Profª. Sonia Altoé para prefaciar esse livro, não hesitei apaixonado que sou por esse tema que é o mote maior de meus exercícios laborativos e porque não dizer responsabilidade que assumi em razão do exercício da função de Juiz da Segunda Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro.

A pesquisa que gerou a edição desse livro demonstra como é contrastante a ideologia transcrita no texto legal e a prática existente na sociedade. O texto constitucional assegura em seu Art. 227 que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com ABSOLUTA PRIORIDADE", os direitos fundamentais, além de "colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. "O que se depreende das conclusões da pesquisa é que o ideal contido na Carta Magna está muito distante da realidade prática e nossas crianças têm sido responsabilizadas por grande parte da violência de que elas próprias têm sido vítimas. A negligência com que são tratadas é generalizada, não há escolas, embora tenham direito à educação, não há hospitais, embora tenham direito à saúde, não há abrigos, embora tenham direito à convivência familiar e comunitária. A discriminação é uma forma covarde de afastar a criança do convívio social, inserindo-a desde cedo em um convívio marginalizante e degradante. A exploração é uma constante, especialmente através do uso delas em "trabalhos ilícitos" a que são submetidos pelos marginais como forma de suprir a ausência de oportunidade de trabalhos lícitos que lhes são negados. A violência e a crueldade têm sua marca maior no extermínio oficial e oficioso de que são vítimas constantes e cujo número cada vez maior deve ser motivo de vergonha de qualquer sociedade civilizada. A opressão consiste em que, embora se tenha assegurado, hipocritamente apenas no texto legal, a essas crianças todos os direitos fundamentais de qualquer pessoa, não se lhes permite o direito de cobrar o cumprimento do texto legal, pois se estão nas ruas tomando banho nas praças escandalizam a sociedade e logo aparece um agente da repressão para escondê-las em instituições totalitárias. Assim, não as vendo é mais fácil apagar o sentimento de culpa coletiva.

A pena tem funcionado apenas como instrumento de dominação da classe dominante sobre a classe dominada. Isso explica que a população carcerária, como concluiu a pesquisa, seja 'formada por pessoas de pouca ou nenhuma escolaridade, desempregados, oriundos do interior (nordestinos e camponeses) e que basicamente praticam crimes contra o patrimônio.

A ideia da pena privativa de liberdade aplicada ao adolescente se contrapõe ao princípio básico do Estatuto da Criança e do Adolescente, porque enquanto a primeira visa o afastamento do convívio social, o isolamento, a separação, a distância do meio comunitário e familiar, a perda de contato com a experiência da vida normal de qualquer ser humano, a nova doutrina da proteção integral cogita da questão do adolescente envolvido na prática de ato infracional dentro de um contexto familiar, comunitário e social com a adoção de medidas sócio-educativas com objetivos nítidos de reinserção na vida sócio-familiar, envolvendo com tais objetivos não mais o Estado como instrumento de poder e dominação, mas todos os segmentos da sociedade civil organizada através dos Conselhos de Defesa dos Direitos e Conselhos Tutelares.

O repúdio à institucionalização e à prisão arbitrária tem sido contestado por uma parcela da sociedade que ainda não compreendeu a inutilidade da pena – medida de privação de liberdade que, além de não reduzir a criminalidade, provoca a reincidência, fabrica delinquentes, favorece a organização de criminosos e não corrige nem pune, sem citar o aspecto econômico e os danos que refletem na própria sociedade.

A pesquisa demonstra ainda que a delinquência é efeito imediato não só da forma egoísta como se distribui a renda, como também o próprio instrumento de controle social, como a polícia, que às vezes é a primeira lição de corrupção e desrespeito às leis dada a um adolescente em plena formação de personalidade, a prisão reproduzindo a delinquência, e a impunidade dos crimes praticados pelas elites que detêm o poder político, econômico e social.

Com todos esses problemas estruturais parece ser desejável que essa trajetória seja de fato inevitável. Interessa a alguns a manutenção do "status quo" porque é uma forma de manter seus privilégios e manter-se no poder. No entanto, já possuímos instrumentos fortes para mudar essa trajetória, dando um sentido de

dignidade e respeito às camadas mais carentes da população. A mesma sociedade que soube se unir para elaborar uma legislação de base libertadora como é o Estatuto da Criança e do Adolescente deve continuar unida e cada vez mais unida para fazer cumprir essa lei. Somente respeitando os direitos fundamentais das crianças e adolescentes seremos merecedores de uma futura sociedade mais justa e equilibrada. Caso contrário, continuaremos sendo cúmplices de todos esses crimes cometidos contra crianças em nosso País, e não nos restará outro caminho senão construir mais presídios para aqueles que elegemos delinquentes e mais grades para as nossas janelas, como consequência direta da violência dos instrumentos vingativos de controle social.

Finalmente, quero ressaltar que trabalhos como o publicado devem se multiplicar, e é isso que vem fazendo a autora ao longo de suas inúmeras publicações, para que insistindo nessa tecla possamos conscientizar mais pessoas para que compreendam que a maior arma para combater a violência é o amor que deve ser a marca registrada de todo convívio social.

Juiz Siro Darlan de Oliveira
Segunda Vara da Infância e da Juventude do Rio De Janeiro

I. INTRODUÇÃO

1. Delimitação do objeto

A investigação sobre os egressos de instituições de assistência é muito incipiente e raros são os trabalhos publicados sobre o tema. Trata-se de um assunto relevante, sobretudo, neste momento histórico em que com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente[2] tenta-se modificar e oferecer alternativas ao atendimento até então existente. A importância de se conhecer o que ocorre com os jovens que foram internos, depois que completam 18 anos, é uma forma de indagação sobre os resultados da política nacional de assistência à criança e ao adolescente adotada até a década de 90.

Nesta pesquisa optei por estudar especificamente egressos de estabelecimentos de assistência que se encontram nos presídios. Quem são eles? A proposta é fornecer dados sobre a trajetória dos jovens egressos e trazer à luz algumas das indagações que existem sobre as consequências da internação, tanto no que se refere ao jovem "carente", como ao jovem "infrator".

O projeto desta pesquisa se intitulou "O Perfil dos Presidiários Egressos de Estabelecimentos de Assistência à Criança e ao Adolescente" e surgiu no desenvolvimento da pesquisa "Instituição Total – uma reprodução na maioridade da vida de 'menor' institucionalizado?"- quando o trabalho de campo se iniciou dentro do Presídio "Hélio Gomes". Entre os internos que foram encaminhados para entrevistas foi observado que quase todos tinham permanecido pouco tempo nos internatos. Eles se caracterizavam, sobretudo, por terem sido na adolescência meninos que praticavam pequenos furtos e foram encaminhados para as escolas de recuperação de jovens "delinquentes" pertencentes à FUNABEM. Esta constatação nos colocou um problema importante, pois a pesquisa citada é centrada no jovem adulto que, como criança "carente", passou muitos anos de sua infância e adolescência nos internatos. Através do estudo dos prontuários dos presos esta questão não pôde ser resolvida, pois ali não constava tal informação.

[2] Em julho de 1990 foi sancionada a Lei 8069/90 que revogou o antigo Código de Menores (1927/1979).

Procuramos, então, o IBGE que realizou um censo penitenciário com o DESIPE, mas ainda não dispunham deste dado.

O censo realizado pelo DESIPE em 1989, e divulgado pelos jornais, mostra que 22% da população carcerária teria sido anteriormente cliente da FUNABEM. Mas que "menores" eram esses é uma questão não respondida pelo censo até a presente data[3]. Consideramos, então, que seria importante obtermos alguns dados quantitativos que nos permitissem ter mais indicadores sobre esta questão. Ou seja, a população carcerária, egressa da FUNABEM, é de "meninos de rua", "infratores" ou "carentes"? São aqueles que passaram muitos anos internados ou aqueles que só ficaram poucos meses? Respostas a estas indagações levantam questões sobre a eficácia do atendimento oferecido a crianças e jovens oriundos da população pobre.

2. Debate intelectual neste campo

A questão da internação de crianças e jovens "carentes" e "infratores" mereceu diversos estudos publicados, sobretudo, na década de 80. Os estudos se referem, geralmente, ao mundo dos assistidos nos meandros dos internatos. Ainda é escassa a bibliografia sobre o que ocorre com esses jovens na vida adulta.

Na minha primeira pesquisa sobre a vida de crianças nos internatos tive a oportunidade de estudar o que seria uma trajetória possível de uma criança que fosse internada ainda bebê e lá ficasse até os dezoito anos. Esta análise se deu em duas vertentes principais – a do funcionamento institucional e das repercussões psico-sociais na formação dos sujeitos submetidos a tal sistema de internato, que tem o funcionamento semelhante ao de uma instituição total. Considerando as reflexões feitas, levanto algumas hipóteses sobre o encaminhamento de suas vidas logo após o desligamento aos 18 anos (Altoé, 1990).

[3] O trabalho "Ex-alunos da FUNABEM detidos por infrações penais depois de atingida a maioridade", FUNABEM, 1975, revela dados sobre esta questão. Entretanto só tivemos acesso a estes dados na fase de redação final de nossa pesquisa.

No final do trabalho de pesquisa tive acesso a um levantamento estatístico feito pela FUNABEM, que não foi publicado e se refere especificamente à questão do internato e da prisão. Tal levantamento foi realizado nos Arquivos da Superintendência do Sistema Penal do Estado da Guanabara e procurou delinear o índice de participação na prática de atos antissociais de pessoas adultas que passaram pela FUNABEM quando "menores". O estudo se refere aos ex-internos matriculados em unidades da FUNABEM entre 1966 e 1974, verificando que somente 10,22% da população pesquisada tiveram passagem pelo presídio (FUNABEM, 1975).

O livro de Valadares, "O Menor Institucionalizado", 1984, que analisa aspectos da vida do adolescente interno num estabelecimento da FUNABEM, é um dos primeiros trabalhos que aborda a questão do jovem que sai do internato. Nos seus dois últimos capítulos, tendo como informantes da pesquisa jovens associados da ASSEAF – "Associação de ex-alunos da FUNABEM", a autora faz uma análise de suas representações, do mundo social e de suas dificuldades de inserção na sociedade (Valadares, 1984).

Já a tese de mestrado de Bonfim, intitulada "Egressos da FUNABEM", 1988, se ocupa especificamente das questões que envolvem os ex-alunos da FUNABEM. Os informantes desta pesquisa foram 18 pessoas que se encontravam na ASSEAF como associados ou como membros da diretoria. A partir de entrevistas com os ex-internos, Bonfim faz uma análise sobre suas representações, a vivência do desligamento, a reintegração na sociedade, a representação do aluno da FUNABEM e a visão da ASSEAF (Bonfim, 1988).

Em 1987, foi publicado um pequeno artigo de Alvim e Altoé que aborda algumas questões importantes relativas à dificuldade do ex-interno se inserir no mundo social, do trabalho e familiar (Alvim e Altoé, 1987).

Logo após o término de meu primeiro trabalho de pesquisa, retomei a investigação sobre os egressos dos internatos, terminando em 1989 o relatório da pesquisa "Menores em Tempo de Maioridade", publicado em 1993.

Esta pesquisa buscou compreender os impactos e efeitos do "internato de menores" para um conjunto de indivíduos que, na condição de assistidos, foram alvos da política oficial de Bem-Estar, considerando também o quanto a "instituição total" é definitória da representação do indivíduo na vida social.

Em seguida, estimulada pelo estudo realizado, fiz um novo projeto que se intitulou "Instituição Total – uma reprodução na maioridade da vida de 'menor' institucionalizado?". Esta pesquisa, iniciada em 1990, busca compreender a relação entre o conjunto de percepções adquiridas por aqueles que viveram anos em internatos de "menores" e as suas formas de inserção social após o seu desligamento aos 18 anos. Pretendemos reconstituir as trajetórias dos egressos, que participam, atualmente, como clientes ou funcionários, de outras "instituições totais", tais como: presídios, hospitais psiquiátricos e unidades militares. A pesquisa que deu origem a esta publicação me permitiu responder a algumas das questões levantadas pela pesquisa que acabei de mencionar.

3. O presídio "Hélio Gomes"

O Presídio "Hélio Gomes" está localizado no Complexo Frei Caneca, no bairro do Catumbi, na cidade do Rio de Janeiro. Este complexo abriga alguns presídios, hospitais penitenciários e penitenciárias. O presídio é o último prédio do Complexo e fica ao lado do Instituto Félix Pacheco.

Para se ter acesso às dependências do presídio é necessário passar por um enorme portão de ferro, por onde também passam os veículos, e se dirigir à recepção. Nesta sala há dois cubículos para revista feminina e masculina, por onde sempre passam as visitas dos presos.

Esta sala de recepção é ocupada apenas por um guarda responsável pelo controle da entrada de pessoas estranhas no presídio. Após a permissão de entrada dada pelo guarda, este abre uma pequena porta de ferro que fica o tempo todo trancada com cadeado; assim se tem acesso ao pátio do presídio. Logo em seguida há uma escada que dá acesso à sala do diretor e à sala da

administração. A sala do diretor é ampla sendo a única que observamos ter ar condicionado.

No andar térreo se encontram as salas dos chefes de disciplina, o setor jurídico, a sala da enfermaria – que no momento da pesquisa se encontrava desativada –, o serviço social e a biblioteca. É por essa entrada também que se pode chegar até as galerias onde estão os detentos.

A aparência do presídio nos causou uma impressão ruim. Encontramos o teto das salas do diretor e do chefe de disciplina com buracos, os fios das instalações elétricas aparentes, os móveis velhos e quebrados. A sensação que se tem ao entrar no presídio é de um prédio sem qualquer manutenção e abandonado.

Para se chegar até as galerias é necessário passar por dois portões gradeados; o primeiro permanece aberto, mas o segundo está permanentemente fechado com cadeado. Aliás, todas as portas do presídio são fechadas com cadeados. No térreo estão as galerias A e E. Os chamados "faxinas" (detentos que prestam serviço) ficam na galeria A, têm permissão de transitar pelo presídio, e suas celas podem ficar abertas. A galeria E é destinada a receber os presos que chegam ao presídio e talvez por isso tenha o maior número de presos por cela, em média, 44. Lá existem triliches de alvenaria, a circulação do ar é péssima, como eles próprios observam, pois só existe uma pequena entrada de ar e uma janela que dá para o interior do presídio. Nesta galeria existe também uma cela reservada para os homossexuais.

Nos demais andares estão as galerias B, C e D. Em cada andar há um refeitório que está desativado e depredado. O mau cheiro e as instalações elétricas danificadas mostram o abandono do prédio. Tivemos oportunidade de visitar a cela dos presos que fazem artesanatos. Esta cela é uma pequena amostra das demais. Ela tem um cano que serve como chuveiro, um buraco no chão que é utilizado como sanitário e camas de alvenaria. A falta de adequada circulação de ar faz das celas um lugar quente e mal cheiroso.

Há ainda um pátio onde os presos tomam banho de sol, outro onde recebem a visita e o campo de futebol. Todos esses locais são vigiados por guardas que ficam em guaritas. Segundo depoimento de funcionários, no pátio de visita existia um banheiro que era utilizado

pelos detentos para a prática sexual com suas companheiras. Atualmente este local não pode mais ser usado para este fim, pois foi quebrada uma parede perdendo assim a privacidade. Este local é conhecido como "ratão".

Encontra-se, também, no andar térreo uma cantina onde é permitida a venda de refrigerantes, cigarros, sabonetes etc., por preços exorbitantes; existe ainda uma capela e o refeitório dos funcionários. Este último local, assim como os demais é mal conservado e pouco iluminado.

Faremos, a seguir, algumas observações quanto ao funcionamento do presídio e sua administração, elaboradas a partir de conversas informais mantidas, em especial, com o chefe de disciplina. Atualmente o presídio funciona como uma penitenciária.[4] Segundo informação do diretor e de funcionários, este fato se deve, em parte, ao elevado número de detentos existente e ao reduzido número de penitenciárias no Estado.

A maioria dos presos que ali se encontra passa todo o seu tempo trancada nas celas, junto a 20 ou mais detentos; só sai para pegar as refeições ou quando solicitados por algum funcionário. Há também um dia na semana reservado para o banho de sol; neste dia os presos descem e vão para o pátio. Outra forma de sair da cela é quando recebem visita, permitida somente nos dias determinados pela administração.

O funcionamento da prisão está estruturado para manter e controlar os presos evitando assim fugas e motins. São poucos os funcionários que desempenham um trabalho fora desta esfera de controle. Os horários para as refeições, os dias de visita, os dias de banho de sol são todos previamente estabelecidos. Entretanto, estes dias podem mudar repentinamente, "por medida de segurança". O chefe de disciplina nos relatou que eles sempre se utilizam do

[4] A diferença entre fina penitenciária e um presídio é grande. A penitenciária é um estabelecimento no qual o detento cumpre pena. E o presídio funciona como uma prisão periódica até que o julgamento do processo no qual o interno foi autuado seja concluído e estabelecida a sua condenação. Neste estabelecimento, o regime é "de tranca"; o detento fica na cela e só pode sair dentro dos horários programados e sob severa vigilância. A cela é grupal, comportando de 25 a 40 detentos. Na penitenciária a cela é individual e fica aberta durante o dia, sendo permitido ao interno circular por algumas dependências do estabelecimento.

imprevisível para não deixar o preso viver a sua própria rotina e para que também não se familiarize com o cotidiano da prisão.

Nas constantes visitas que fizemos ao presídio a fim de desenvolver nosso trabalho de pesquisa pudemos constatar que o ambiente neste estabelecimento é caracterizado pelo forte clima de tensão e pelas constantes situações de humilhação pelas quais passam os presos. Certa vez, nos foi relatado pelos denominados "faxinas" como são feitas as revistas nas celas. Este procedimento é algo regular dentro do funcionamento de um presídio e visa a descoberta de objetos e utensílios que são proibidos, tais como, revólver, facas, dinheiro, tóxico, etc. Entretanto, parece ser, sobretudo, a maneira como os agentes penitenciários agem que desperta sentimentos de revolta e ódio entre os presos. Segundo um "faxina", eles literalmente invadem as celas, quebram os objetos dos presos como, por exemplo, rádios de pilha e misturam as correspondências. Esta "revista" aumenta o clima de tensão já existente na prisão. Pudemos perceber que este procedimento, e a maneira como ele é feito, tem um sentido de punição e humilhação maior do que: de: preservar a ordem dentro do presídio. Qualquer fato novo que ocorre na prisão, como uma briga entre os presos ou até mesmo uma tentativa de fuga, serve para que o ambiente fique ainda mais hostil.

Pelo que observamos e pelos relatos dos internos, os funcionários, de uma maneira geral, tratam os presos sem o menor respeito e de maneira provocadora. Neste momento o preso sabe que não deve responder com agressão, pois poderá ser punido. Sempre procuramos manter uma relação de respeito e cordialidade tanto com os presos, quanto com os funcionários. O trabalho de campo desenvolvido na prisão foi muito interessante, tendo sido também, em diversos momentos, uma experiência geradora de forte tensão e angústia.

Não pretendemos neste trabalho fazer uma análise da penitenciária, mas certamente não podemos deixar de enfatizar as semelhanças, enquanto instituição total, com o funcionamento do internato e, sobretudo, dos estabelecimentos para infratores. Goffman, Foucault e outros autores estudam a questão e é neste viés teórico que tenho me apoiado para refletir, além da literatura de Análise Institucional. No meu estudo anterior a este – *Menor em Tempo de Maioridade* – faço algumas reflexões neste sentido a partir

de entrevistas feitas com egressos que se encontravam na penitenciária “Milton Dias”, que também faz parte do complexo “Frei Caneca”. Não vou me estender na análise das semelhanças entre o internato e o presídio, pois este não foi o objetivo desta pesquisa. Entretanto, podemos observar na fala dos entrevistados algumas dessas características por eles vivenciadas. Carlos já nos explicitou a “monotonia” existente[5]. Vejamos agora a fala de três outros detentos entrevistados, em resposta à pergunta sobre qual era a sua mais forte lembrança do internato[6].

> “De neutralização da vida. Acho que se não tivesse passado por lá, poderia não estar aqui hoje. O regime era tipo quartel, muita disciplina, muita covardia, humilhação, força do poder” (Luís, 25 anos).*
> “É um lugar que se sofre muito e não adianta nada. Olha onde eu estou!” (Alberto, 21 anos).*
> “Ninguém gosta de ficar preso. É a mesma coisa daqui” (Sebastião, 24 anos).*

4. Procedimentos metodológicos da pesquisa

Levando em conta nosso conhecimento sobre questões referentes ao sistema de internação e estudos sobre os egressos dos internatos, como também pelos dados das entrevistas realizadas com os presidiários do Presídio “Hélio Gomes”, um questionário foi elaborado visando coletar dados da trajetória e história pessoal e institucional, do ex-aluno da FUNABEM. Deu-se especial atenção às internações em estabelecimentos de assistência para crianças e jovens, o motivo destas, a duração e o desligamento.

Os entrevistados foram convocados da seguinte forma: consideramos que, se os presidiários se dispusessem a participar da pesquisa voluntariamente, poderíamos obter maior colaboração na resposta ao o questionário; resolvemos então colocar cartazes que explicassem a realização da mesma, convocando aqueles que

[5] “Não dá pra ter lembrança, tudo é a mesma coisa. É igual ao presídio, não tem nada de bom”, Carlos, 22 anos.
[6] Todas as frases citadas neste trabalho com referência de nome e idade são falas dos presidiários entrevistados, em resposta à pergunta sobre qual em a sua mais forte lembrança do internato. E as frases que se encontram marcadas com um asterisco (*) são em resposta à pergunta sobre sua opinião atual sobre os internatos.

quisessem participar a darem seus nomes. Pedimos também que outros internos divulgassem a pesquisa nas diversas galerias existentes. Além disso, tivemos a oportunidade de falar pessoalmente com diversos presidiários na sala da assistente social. Desta forma, obtivemos 154 adesões. A população deste presídio é de 1050 presos, com pequenas variações.

O relatório final da pesquisa discorre sobre o perfil dos indivíduos que estão cumprindo pena no presídio, e que, quando jovens (antes dos 18 anos), ficaram internos ou tiveram passagens pelos internatos da FUNABEM ou com ela conveniados. A pesquisa não trabalha com amostragem estatística referente a todo sistema penitenciário do Rio de Janeiro[7]. Revela, entretanto, dados significativos do Presídio “Hélio Gomes”, que funciona como uma penitenciária. Consideramos que neste estudo de caso os dados são indicadores importantes do sistema como um todo. Através de sua realização pretendemos contribuir para caracterizar a trajetória e a história desses indivíduos, em particular no que se refere à família, à escolarização, à profissionalização, ao trabalho-emprego, aos dados referentes à internação em estabelecimentos de assistência, à situação de vida após os 18 anos, às infrações cometidas antes e depois dos 18 anos e à pena a cumprir na penitenciária.

Estes dados podem discriminar com maiores detalhes o que a imprensa cotidiana veicula como informação para o grande público. Consideramos importante analisar se a generalização estigmatizadora sobre o indivíduo que passa pelas escolas da FUNABEM (a acusação de que são todos delinquentes) não é um consenso público que se formou a partir de dados imprecisos e avaliações apressadas. Sabemos, contudo, que não se pode minimizar os efeitos da institucionalização. Através de diversos estudos, sobretudo após a década de 80, sabe-se que o sistema de internato-prisão causa enormes prejuízos à formação de sujeitos saudáveis e de cidadãos capazes de se integrarem na sociedade de forma produtiva. Entretanto, não se tem dados que mostrem com clareza a trajetória desses indivíduos após o internato. Estamos, desde 1988, pesquisando a questão dos egressos. Os dados são interessantes e

[7] No Anexo encontram-se dados estatísticos de diversas pesquisas e levantamentos realizados sobre os presidiários ex-alunos da FUNABEM.

ricos, mostrando que há uma variedade de situações que interferem na trajetória pessoal dos indivíduos egressos da FUNABEM.

Temas abordados

O trabalho de elaboração do questionário foi exaustivo e foram necessários 2 meses até se chegar a sua forma definitiva. Os técnicos do IBGE envolvidos com o trabalho do censo do DESIPE colaboraram conosco dando algumas sugestões.

As perguntas do questionário abordam os seguintes temas: família, internato, escolaridade, trabalho e vida atual. Através do chefe da disciplina do presídio conseguimos um questionário e um manual do entrevistador do censo penitenciário de 1989. Este material também nos auxiliou na montagem do nosso questionário.

A aplicação dos questionários foi feita por Claire, assistente de pesquisa, pelas estagiárias e por mim. Todos foram previamente treinados na aplicação do instrumento e obtenção de qualitativos do contexto da entrevista.

Antes da divulgação através dos cartazes, um "faxina" foi em cada galeria, relatou para os presos a existência da pesquisa e nos apresentou uma lista com 106 nomes de detentos que estavam interessados em colaborar. Posteriormente outro detento, que trabalha junto à psicóloga do Presídio "Hélio Gomes", percorreu novamente as celas e obteve outros nomes de ex-alunos da FUNABEM. Ainda no decorrer da aplicação do questionário, outros detentos que não estavam na lista se ofereceram para participar da pesquisa, completando 156 nomes. No total foram aplicados 114 questionários. Este número foi menor que o inicial em função de alguns detentos terem ido para o hospital, terem sido soltos ou transferidos, estarem "no castigo", ou ainda por não terem passado pelo internato; somente um detento se recusou a responder quando foi chamado, alegando que não havia nenhum "benefício para ele". Antes da aplicação do questionário os entrevistados recebiam uma explicação sobre o objetivo da pesquisa e sobre as dúvidas que tinham a respeito da mesma.

As dificuldades da pesquisa

As dificuldades que surgiram no trabalho de campo se deram, sobretudo, em função da pesquisa se realizar dentro de um presídio,

ou seja, de uma instituição total. O fato de não fazer parte do quadro de funcionários e da equipe ser formada por moças, era uma novidade bem vinda à rotina, como nos foi dito, porém também causava perturbação à ordem. Uma das dificuldades diz respeito ao local de aplicação dos questionários. Usamos a "sala de biblioteca" que na verdade funcionava como local de trabalho da assistente social e da psicóloga, que contam com a ajuda de dois ou mais "faxinas". Por essa razão procuramos utilizar a sala nos dias em que o movimento era menor, mas sempre contávamos com a presença de alguém. Descobrimos então a possibilidade de usarmos a sala de enfermaria, o que nos permitiu uma maior privacidade, mas nem sempre isto foi possível. A mudança da chefia também causava problemas, pois tínhamos que renovar a combinação de horários e o ritual de chamada do detento na cela. A entrada no presídio também podia ser mais demorada do que o ritual normal de identificação se o funcionário não nos conhecesse. Tudo isto fazia com que perdêssemos muito tempo antes que conseguíssemos a presença do presidiário para que o questionário fosse aplicado. Com isto aplicávamos, a cada tarde, dois questionários por pessoa sendo que, por razão do espaço exíguo, o melhor era que só duas pesquisadoras trabalhassem por vez. O sistema de controle de nossas presenças – papeleta de entrada e de saída – o controle e o ritual de chamar o detento, em especial, nos causou muitas dificuldades. Interferindo na rotina das celas e da organização do presídio, enfrentamos dificuldades sobre as quais muitas das vezes não tínhamos sequer conhecimento. Em conversa com os chamados "faxinas" passamos a entender muitas dessas dificuldades e descobrir com eles a solução para contorná-las. As salas nas quais realizamos a aplicação dos questionários eram barulhentas e desconfortáveis. Apesar dessas dificuldades, em geral, os funcionários e "faxinas" eram solícitos e cooperativos.

Não podemos deixar de observar que o ritual tem importância muito grande nas instituições totais. São procedimentos que devem ter uma certa sequência, acompanhados de vigilância e fiscalização, obedecendo à hierarquia do local. No caso do presídio, implicava inclusive numa burocracia com registro escrito, tanto de nossa entrada e saída, como da saída do preso da cela para falar conosco. Certamente estes rituais, que mesmo as visitas têm que se submeter,

mostram enfaticamente que se está entrando num mundo diferente e com regras próprias.

Quanto ao contato com o detento, com raras exceções, se passou sem maiores problemas, havendo a demonstração clara de sua satisfação em sair da cela. A grande maioria deles solicitava algum tipo de ajuda (entrar em contato com alguém, levar uma carta, dar-lhe algum objeto como fita cassete ou sabonete, buscar informação sobre o seu processo, etc.), ou perguntava se sua cooperação colaboraria na diminuição de sua pena. Apesar de nossa negativa, eles se demonstravam satisfeitos de conversarem conosco e agradeciam terem sido chamados. Nossa negativa fazia parte da ética de pesquisa e do trato que fizemos com o diretor, ao iniciarmos o nosso trabalho, de que não interferiríamos no funcionamento do presídio e não forneceríamos informações coletadas para a pesquisa sobre os presos. Sair da cela parecia ser motivo de alegria, como também representar uma passagem mais rápida do tempo, conforme observação deles próprios. Alguns, entretanto, expressaram desconfiança do uso que faríamos sobre as informações por eles fornecidas acerca de seu comportamento antes dos 18 anos, no sentido de que o Juiz poderia com isso aumentar sua pena atual. Outros demonstraram desconfiança de que tivéssemos de fato autonomia em relação à administração do presídio e do sistema Judiciário. Apesar de não fazermos nenhuma pergunta sobre o funcionamento do presídio, alguns falavam sobre a violência e a arbitrariedade existente no cotidiano. Os internos, que de alguma forma nos auxiliavam, os "faxinas", com os quais nosso contato foi mais assíduo, falaram mais acerca da administração do presídio, como uma forma de desabafo, nos parecia, como se, mesmo sabendo que não poderíamos fazer nada para modificar aquela situação, ao menos pudéssemos entender seu ponto de vista sobre o acontecido.

Análise e classificação dos dados

Após a aplicação dos questionários, iniciamos a análise das perguntas feitas dentro de cada tema. Primeiro organizamos tabelas correspondentes a cada pergunta. Em seguida fizemos novas tabelas em que relacionamos os dados de duas ou mais perguntas. Essas relações foram feitas em função de algumas hipóteses. As tabelas, muitas vezes, revelaram dados interessantes, e outras, pouco significativos, e assim foram desprezadas. O trabalho inicial de

classificação e realização de tabelas foi muito árduo, pois não contamos com a facilidade do computador. Esta dificuldade gerou uma outra que foi a necessidade de uma enorme atenção na organização dos dados e uma volta às informações originais quando ocorria algum erro.[8]

Não pretendíamos fazer um levantamento estatístico do universo do sistema presidiário do Rio de Janeiro. Entretanto, consideramos que os dados coletados foram suficientes para fornecer alguns indicadores sobre quem são os presidiários que foram internos da FUNABEM. Fizemos também algumas análises comparando os nossos dados com os da população carcerária do sistema penitenciário como um todo.

No decorrer da análise levamos em conta nossa observação do presídio e dados qualitativos que coletamos. As seis entrevistas iniciais realizadas com o diretor e funcionários permitiram que nos situássemos melhor no campo de pesquisa, e pudéssemos compreender a trajetória das pessoas que tentamos caracterizar através das perguntas do questionário.

[8] Refiro-me a um simples erro de contagem numérica ou pelo fato do resultado encontrado me causar estranheza e me fazer rever a forma de análise junto aos dados originais.

"A lembrança mais forte é da vontade que tinha de sair de lá, de ficar perto de meus pais."

Augusto, 22 *anos*

"O que eu penso do internato? Acho que têm que dar uma assistência melhor a essas crianças. A maioria dos presos daqui já passou por internatos e continuam na mesma coisa. A criança não precisa de alguém batendo para aprender não. Ela aprende falando. Ela precisa de alguém que dê carinho, alguém sempre presente."

Juvenal, 27 *anos*

II. QUEM SÃO OS ENTREVISTADOS

Este estudo se refere a uma população de presidiários que são egressos de estabelecimentos de assistência. Incluo tanto aqueles que permaneceram nos internatos para crianças e jovens "carentes" e abandonados, como para os denominados "infratores", não importando se sua permanência nestes estabelecimentos foi de longa ou curta duração. Quem são esses jovens e quais as suas características é uma questão importante, pois é frequente a generalização de que os jovens que passaram pelos internatos da FUNABEM são ou se tomaram "infratores".

Nos meus estudos sobre as crianças que ficam longamente internadas, as denominadas "carentes", e as órfãs, sempre me questionei que esses jovens logo após o desligamento do internato tornem-se presidiários. Os dados que apresento neste estudo mostram que somente um pequeno número dos que ficaram internados por vários anos são detidos por delitos. Veremos a seguir, que se constitui, entretanto, de urna população muito jovem. Quando dividi, como mostra o Quadro 1, a faixa etária de 18 a 21 anos é porque estes estão ainda na fase de maioridade civil. E depois, de 22 a 25 anos, é para mostrar que se trata de uma população de pessoas muito jovens e que são presas logo que atingem a idade permitida pela Lei (18 anos) para serem enquadradas no Código Penal. Outras pesquisas também apontaram para a alta concentração de jovens no sistema penitenciário como um todo. No entanto, no caso por mim analisado, trata-se de uma população específica, ou seja, a juventude da população carcerária me interessa na medida de sua relação com sua recente menoridade e passagem pelos internatos de "menores". Mais adiante veremos os dados sobre a prisão, mas acho importante ressalvar aqui que 74,6% dos nossos entrevistados foram presos pela primeira vez entre 18 e 21 anos de idade.

Iniciaremos a análise do material pesquisado, abordando os dados coletados referentes à idade atual dos entrevistados e à caracterização de sua família de origem e de sua família atual.

A maior parte (78,1%) dos nossos entrevistados tem de 18 a 30 anos.

Esta alta concentração nas faixas etárias de até 30 anos já foi verificada por Lemgruber, 1990, em seu estudo sobre os internos do sistema penal do Estado do Rio de Janeiro, ao mostrar que a maioria (57,6%) tinha menos de 30 anos. Entretanto, temos 47,4% dos nossos entrevistados nas faixas etárias que vão dos 18 aos 25 anos; ou seja, ainda que não se possa falar em "amostragem", os dados indicam que os internos do sistema penal, egressos de estabelecimentos de assistência, se concentrariam em maior número nesta faixa etária do que entre os internos, em geral, do sistema penal do Rio de Janeiro, que é de 31,6% (Lemgruber, 1990).

QUADRO 1 – IDADE ATUAL

IDADE ATUAL	Nº	%
18 A 21 anos	18	15,8
22 a 25 anos	36	31,6
26 a 30 anos	35	30,7
31 a 40 anos	20	17,5
Mais de 40 anos	04	3,5
Sem informação	01	0,9
TOTAL	114	100,0

No Quadro 2 analiso os dados sobre os pais, que certamente suscitam questões além das que pudemos estudar aqui. É frequente que se fale em "famílias desestruturadas", quando se faz referência às famílias de baixa renda, em particular aquelas cujos filhos são atendidos pelos órgãos de assistência à infância. É importante, entretanto, perguntar se não é preciso repensar a noção operacional da família que se constitui de pai, mãe e filho. No meu estudo anterior mostro que é frequente que a mulher seja a figura parental mais importante na criação e manutenção do laço afetivo com os filhos (Altoé, 1993). É interessante também ressaltar os dados da PNDA, 1989, que mostram que aumentou em 30% a proporção de crianças e jovens vivendo em famílias chefiadas por mulher.

De acordo com o Quadro 2, observamos que a maioria dos entrevistados, 61,4% tinha mãe viva. Já a proporção daqueles com pai vivo era bem menor, 43,9%. Um número bem pequeno de internos tinha perdido contato com o pai, 2,6% do total, enquanto, 6,1% não chegaram a conhecê-lo. Tais dados nos mostram que grande parte dos internos teve possibilidade de ter contato com pai e mãe durante a maior parte de suas vidas. Os dados que dispomos, concernentes à família, relativizam a ideia frequente de que se trata de jovens" abandonados" e órfãos. A orfandade neste estudo não tem força explicativa. A importância e repercussão da morte de um dos pais na dinâmica familiar será analisada mais adiante, quando abordaremos os motivos que propiciam a saída de casa da criança ou do jovem. Dado o alto número de pais e mães vivos, assim como a maior presença das mães nas visitas (seja no internato, como no presídio, conforme veremos mais adiante), nos levam a ressaltar que o vínculo familiar se mantém. Seria importante a realização de um estudo mais específico sobre a relação familiar das classes populares, sobretudo no meio urbano, onde a mulher aparece com frequência como chefe de família, tendo vários casamentos e filhos de pais distintos. Aliás, as investigações que tenho feito mostram que um dos motivos de internação de criança em estabelecimentos de assistência é justamente devido ao difícil convívio do filho com o novo padrasto, ou novo companheiro da mãe (Altoé, 1993).

QUADRO 2 – DADOS ATUAIS SOBRE OS PAIS DOS ENTREVISTADOS

DADOS SOBRE OS PAIS	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
Vivo	50	43,9	70	61,4
Morto	53	46,5	38	33,3
Não conheceu	07	6,1	-	-
Perdeu contato	03	2,6	05	4,4
Sem informação	01	0,9	01	0,9
TOTAL	114	100,0	114	100,0

QUADRO 3 – ALFABETIZAÇÃO DOS PAIS*

ALFABETIZADO	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
SIM	84	87,5	81	77,1
NÃO	12	12,5	24	22,9
TOTAL	96	100,0	105	100,0

*Retiramos deste quadro os sem informação.

Os dados do Quadro 3 indicam que a maioria dos pais (87,5%) e das mães (77,1%) dos entrevistados são alfabetizados. A taxa de alfabetização dos pais era de 87,5%, um pouco menor do que a taxa média de alfabetização para a população masculina de 40 anos e mais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (93%). Já a taxa de alfabetização das mães era de 77%, também menor que a média encontrada para a população feminina de 30 anos e mais (87%). (Dados PNAD, 1989).

Como podemos perceber no Quadro 4, a maioria (73,7%) dos entrevistados vinha de famílias numerosas, com mais de 3 irmãos. Dados semelhantes são encontrados em pesquisa com os internos do sistema penal do Rio de Janeiro (cf. Lemgruber, 1990). E podemos acrescentar que, dentro dessas famílias que consideramos numerosas, observa-se que os presidiários se encontram aleatoriamente distribuídos segundo a ordem de nascimento dos filhos.

QUADRO 4 – ORDEM DE NASCIMENTO SEGUNDO O NÚMERO DE IRMÃOS

NÚMEROS DE IRMÃOS	TOTAL	ORDEM DE NASCIMENTO			
		1º Filho	2º Filho	3º Filho	4º Filho ou mais
Nenhum	07	07	-	-	-
Até 2	23	09	08	06	-
De 3 a 5	47	14	09	10	14
De 6 a 10	32	06	10	02	14
Mais de 10	05	01	02	01	01
TOTAL	114	37	29	19	29

A partir do Quadro 5 verifica-se que a grande maioria (64%) dos nossos entrevistados não teve irmãos internados. O que podemos perceber é que essa diferença aponta e reforça o que mais adiante será abordado com relação ao motivo de entrada e ao tempo de permanência no internato. Pode-se adiantar desde já que, entre os nossos entrevistados, a minoria foi internada pelos pais. De fato a internação ocorre quando a situação financeira dos pais é precária; neste caso os pais internam todos os filhos e não só um; e deixam que eles lá permaneçam até completarem a maioridade (Cf. Altoé, 1990). Constatamos, também, que o fato da família de origem ser ou não

numerosa não influencia nos dados de internação de todos os filhos. O que se pode adiantar, levando em conta o que será discutido mais adiante, é que entre os jovens que entram nos internatos porque perambulam pelas ruas e cometem alguma infração não ocorre comumente a internação de seus irmãos. Isto irá ocorrer quando se tratar de crianças ou jovens que até 1990 os órgãos competentes denominavam "menor carente". Ou seja, eram assim denominados aquelas crianças e adolescentes cujos pais não dispunham de recursos para lhes oferecer moradia, alimentação, vestuário e escola.

QUADRO 5 – IRMÃOS QUE PASSARAM OU NÃO PELO INTERNATO

IRMÃOS QUE PASSARAM PELO INTERNATO	Nº	%
Sim	32	28,1
Não	73	64,0
Não tem irmão	07	6,1
Sem informação	02	1,8
TOTAL	114	100,0

De acordo com o Quadro 6, notamos que quase um terço dos nossos entrevistados (30,7%) morava nas zonas periféricas da cidade (Baixada Fluminense e Zona Oeste), áreas habitadas, em sua maioria, pela população de baixa renda. Apenas 7% dos entrevistados declararam que moravam em favelas.

QUADRO 6 – LOCAL DE MORADIA

LOCAL DE MORADIA	Nº	%
Baixada Fluminense	21	18,4
Zona Oeste	14	12,3
Zona Sul*	13	11,4
Central	13	11,4
Leopoldina	12	10,5
Centro*	09	7,9
Zona Norte	08	7,0
Outros Municípios	15	13,2
Outros Estados	08	7,0
Sem informação	01	0,9
TOTAL	114	100,0

* Destes entrevistados 8 moravam em favela: 4 na Zona Sul e 4 no Centro.

Os dados referentes à família atual dos entrevistados revelam alguns aspectos relevantes para a compreensão de suas trajetórias de vida.

Como podemos observar no Quadro 7, a grande maioria (83,3%) dos entrevistados já teve ou tem companheira ou esposa. Isto significa que grande parte deles chegou a constituir família antes de ser preso.

QUADRO 7 – EXISTÊNCIA DE COMPANHEIRA OU ESPOSA

COMPANHEIRA OU ESPOSA	Nº	%
Teve	49	43,0
Tem	46	40,3
Nunca teve	19	16,7
TOTAL	114	100,0

QUADRO 8 – EXISTENCIA DE FILHOS

TEM FILHOS	Nº	%
Sim	74	65,0
Não	40	35,0
TOTAL	114	100,0

QUADRO 9 – NÚMEROS DE FILHOS

NÚMEROS DE FILHOS	Nº	%
Até 2 filhos	54	73,0
De 3 a 5 filhos	18	24,3
De 6 a 10 filhos	02	2,7
TOTAL	74	100,00

Como nos mostra o Quadro 8, a maior parte (65%) dos entrevistados tem filhos e a grande maioria (73%) tem até dois filhos (Quadro 9). Esses dados são muito semelhantes aos dos presidiários do sistema penal do Rio de Janeiro (cf. Lemgruber, 1990). O que se pode observar é que esses jovens constituem família logo após o distanciamento de sua família de origem. E o fato de terem filhos é um dado importante para se compreender a ocorrência do ato infracional.

Pode-se afirmar isto em relação aos dados que dispomos e pelo depoimento do diretor do Presídio "Muniz Sodré", estabelecimento que mantém presos os jovens entre 18 e 21 anos. Ou seja, o jovem quando se toma pai e se encontra impossibilitado de sustentar sua família, seja por estar desempregado, seja pelo baixo salário percebido, é levado a cometer atos infracionais que o levam ao presídio.

QUADRO 10 – CONTATO COM OS FILHOS

CONTATO COM OS FILHOS	Nº	%
SIM	50	67,6
NÃO	24	32,4
TOTAL	74	100,0

Em relação ao contato com os filhos, verificamos que 67,6% dos entrevistados mantêm contato. Esse contato se dá através das visitas permitidas na rotina do presídio.

De acordo com o Quadro 11, observamos que 72,8% dos entrevistados recebiam visitas no internato e que 78,1% recebem na prisão. Isto mostra que os laços familiares e de amizade se mantêm mesmo quando essas pessoas vão para o presídio. Notamos, também, que a grande maioria das visitas recebidas no internato (86,6%) ou na prisão (88%) é de componentes da família mais próxima, seja a de origem ou a atual, pais, irmãos, esposa e filhos (Quadro 12).

QUADRO 11 – RECEBIMENTO DE VISITAS NO INTERNATO E NA PRISÃO

RECEBE VISITA	INTERNATO		PRISÃO	
	Nº	%	Nº	%
Sim	83	72,8	89	78,1
Não	31	27,2	25	21,9
Total	114	100,0	114	100,0

QUADRO 12 – VISITAS AOS ENTREVISTADOS NOS INTERNATOS E NAS PRISÕES SEGUNDO O TIPO DE VISITANTE

DE QUEM RECEBIAM VISITA	INTERNATO		PRISÃO	
	Nº	%	Nº	%
Mãe	49	41,2	35	22,0
Pai	12	10,1	04	2,5
Pais	09	7,6	06	3,8
Irmãos	25	21,0	36	22,6
Esposa	07	5,9	32	20,1
Filhos	01	0,8	27	17,0
Amigos	04	3,3	12	7,6
Parentes	12	10,1	07	4,4
TOTAL	112	100,0	159	100,0

Na época do internato a maior incidência de visitas era da mãe (41,2%).

Já na prisão as visitas são mais diversificadas. O mais frequente é a visita de irmãos (22,6%) e da mãe (22%). Seguem-se em importância as visitas de esposas (20,1%) e filhos (17%). Tais dados mostram que a mãe não era uma figura ausente, na época em que essas pessoas estavam no internato e nem atualmente na prisão, onde inclusive a mãe aparece junto aos irmãos como as duas visitas mais importante para os nossos entrevistados. Mais uma vez, a mãe aparece como um forte elemento de vínculo entre o entrevistado e sua família. O pai, ao contrário, é uma figura ausente tanto nas visitas realizadas no internato (10,1%) quanto na prisão (2,5%). Ao relacionarmos estes dados com a informação sobre os dados atuais dos pais (Quadro 2), notamos que 43,9% dos presidiários sabem que o pai está vivo e apenas 2,5% recebem sua visita. Já com relação às mães notamos uma proximidade maior, isto é, 61,4% dos entrevistados têm mães vivas e 22% recebem sua visita.

"A única coisa que me lembro é a D. Leonora que me ensinou a ler."

José Luis, 21 *anos*

"Me lembro de quando consegui passar da 1ª série para a segunda. E também da colônia de férias, das festas, do aniversário da FUNABEM com o rei Pelé."

Antonio 19, *anos*

III. ESCOLARIDADE

A escolaridade dos entrevistados será analisada a partir da identificação do seu nível de instrução e das relações desse indicador com o tempo que permaneceram na escola e o motivo pelo qual pararam de estudar.

QUADRO 1 – ÚLTIMA SÉRIE CONCLUÍDA

SÉRIE	Número
Analfabeto	18
C.A.	04
1ª a 3ª série	29
4ª a 7ª série	50
8ª série ou mais	10
Sem informação	03
TOTAL	114

A população pesquisada divide-se em dois grupos quase equivalentes numericamente. De um lado, temos que 44,7% não atingiram a 4ª série completa[9], de outro, representando a maioria, 52,7% que atingiram a 4ª série completa ou mais. No entanto, apenas 8,8% têm o ensino fundamental completo, etapa da escolaridade considerada obrigatória pela Constituição de 1988, como um direito a ser alcançado por todo cidadão.

Com relação ao analfabetismo, verificamos um percentual de 15,8% entre os nossos entrevistados. Este dado se aproxima daquele encontrado para o conjunto de internos do sistema penal do Rio de Janeiro, que é de 12,8% de analfabetos (cf. Lemgruber, 1990). Esses percentuais mostram que o nível de escolaridade dos entrevistados é bastante deficiente, o que, certamente, dificulta sua inserção no mercado de trabalho. De fato o nível de escolaridade dos presidiários, egressos de internatos ou não, é bem mais baixo que aquele encontrado para o conjunto da população masculina na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1989. Naquele ano, segundo dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a proporção

[9] Lemgruber, 1990, obteve um dado próximo, de 38.8%.

de homens analfabetos nessa região era de 7,4%, menos da metade daquela encontrada entre os entrevistados, e a proporção dos que tinham 8 anos ou mais de estudo era de 40,2%, enquanto entre os entrevistados era de 8,8%.

Ainda, segundo os dados do IBGE, 1989, no Brasil, de cada mil alunos novos que entraram na 1ª série, pouco mais de 25% conseguem concluir a 8ª série. Estes dados mostram como está seriamente comprometida a possibilidade de que a educação seja um instrumento para se atingir níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e de bem estar social. Os dados da nossa pesquisa corroboram esta informação, mostrando que esses adultos que se encontram no presídio certamente fizeram parte da maioria da população brasileira jovem e pauperizada para a qual, por diversos motivos, é inviabilizada a aquisição da educação formal básica. Ou seja, quando crianças e adolescentes, não desfrutaram do direito de estudar e se prepararem para enfrentar a vida na maioridade com um instrumento que facilita e dá maiores condições de inserção na vida social e do trabalho.

QUADRO 2 – NÚMERO DE ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA

ANOS	NÚMERO	%
Nunca frequentou*	05	4,4
Menos de 1 ano	07	6,1
De 1 a 3 anos	26	22,8
De 4 a 7 anos	40	35,1
Acima de 8 anos	21	18,4
Sem informação	15	13,2
TOTAL	114	100,0

De acordo com o Quadro 2, podemos observar que, 53,5% frequentaram a escola 4 anos ou mais, 22,g% frequentaram a escola de 1 a 3 anos e 10,5% nunca frequentaram ou frequentaram menos de 1 ano.

Considera-se que 4 anos de estudo é o tempo mínimo para que a alfabetização seja duradoura e permanente. Os dados do IBGE, 1989, revelam um quadro preocupante no qual somente 72,5% de jovens entre 12 e 15 anos, do sudeste urbano, tinham 4 anos ou mais

de estudo. Para a clientela de adultos aqui estudada, os dados são ainda mais graves. Revelam que somente 52,7% têm 4 anos ou mais de estudo. Apesar da Constituição afirmar que o Estado tem a obrigação de garantir o ensino de 1º grau a todo cidadão, o que se constata é que um alto número daqueles que acabaram se encontrando no início da vida adulta no presídio não conseguiram desfrutar desse direito.

Consideramos que os dados coletados, comparados com o do IBGE, mostram um quadro de escolaridade mais grave, na medida em que aqueles dados dizem respeito ao estudo na adolescência e nos nossos dados referem-se a adultos que até os 18 anos não estudaram mais de 4 anos e que agora encontram-se cumprindo pena. Portanto, com muito menos chance de dar continuidade ao estudo e deste ser um instrumento que facilite a sua inserção social.

Ao relacionarmos os dados do Quadro 1 (última série concluída) com os dados do Quadro 2 (anos que frequentou a escola), observamos que, por um lado, 69,3% dos entrevistados tinham entre a 1ª e a 7ª série concluída e, por outro lado, que 57,9% frequentaram a escola durante um período de 1 a 7 anos. Ou seja, se os entrevistados que tinham entre a 1ª e a 7ª série concluída tivessem gasto o tempo esperado para fazer cada uma dessas séries – um ano letivo esses percentuais seriam iguais. O fato de termos encontrado uma diferença de 11,4% revela que uma proporção equivalente de entrevistados necessitou mais do que um ano para completar as séries indicadas. Frente a esses dados podemos levantar a hipótese de que o aproveitamento escolar dessas pessoas foi insatisfatório, indicando reprovação e repetência.

Um outro grave problema é a saída precoce da escola levando grande parte dos entrevistados a não concluir a 8ª série. Essa preocupação nos levou a investigar os motivos que fazem com que esta população não encontre possibilidades de continuar estudando.

Segundo dados do IBGE, 1989, a evasão escolar continua a ser um fenômeno constante na vida escolar dos alunos no ensino fundamental. Tais dados mostram que em todo o Brasil a evasão na 1 a série do ensino fundamental chega a 25,6%, sendo que no Sudeste cai para 10,2%. Entre os entrevistados, quase todos (92%) pararam de estudar.

Veremos a seguir alguns indicadores dos motivos que levaram nossos entrevistados a abandonarem a escola, ou seja, as justificativas alegadas por eles para ocorrer a evasão escolar. Como já vimos acima, o nível de escolaridade e a frequência à escola são bastante deficientes. Neste sentido, o motivo que os levou a deixar os estudos pode nos ajudar a entender melhor esta situação.

QUADRO 3 – MOTIVO PELO QUAL PAROU DE ESTUDAR

MOTIVO	Nº	%
Desinteresse	32	28,1
Trabalho	21	18,4
Devido a ‘vida do crime’	17	14,9
Problemas escolares	15	13,2
Falta de condições financeiras	14	12,3
Internato	02	1,7
Outros	04	3,5
Não parou	03	2,6
Sem informação	06	5,3
TOTAL	114	100,0

De acordo com o Quadro 3, podemos observar que 28,1% dos entrevistados responderam que pararam de estudar por “desinteresse”; este motivo foi o mais forte entre todos os motivos alegados pelos entrevistados. O termo “desinteresse” foi utilizado por nós para classificar os relatos que se referiam à falta de interesse pelo estudo e pela escola de um modo geral (“nunca me interessei pelo estudo”; “não gostava de estudar”). Este “desinteresse” também era demonstrado através de falas que enfatizavam a “farra”, a brincadeira e a rua, como, por exemplo: “era fase de farra”; “pensava só na brincadeira”; “queria ficar na rua”. Um outro tipo de “desinteresse” que observamos refere-se à falta de perspectiva com o estudo em relação ao futuro, assim como também aparece um “desinteresse” mais vinculado ao fato de ter parado de estudar por causa da “vida”, do “destino” (“porque a vida já tava desordenada”).

Em seguida, aparece o motivo “trabalho” enquanto uma alternativa ao estudo e enquanto uma necessidade. Estas ideias aparecem mais claramente na fala de alguns entre os 18,4% dos

entrevistados: “porque não dava para trabalhar e estudar, então larguei o estudo”, “porque precisava trabalhar”.

Os 14,9% dos entrevistados que agrupamos no motivo “vida do crime” explicitavam esta situação de forma clara, como nos exemplos, “devido à vida do crime”, “entrei na vida do crime”.

Definimos como “problemas escolares” (13,2%) as situações que dizem respeito a difícil relação entre os alunos, a relação conflituosa entre professor/aluno e a um sistema pedagógico que não está atento à realidade cultural destas crianças não conseguindo instigar o seu interesse. Ilustraremos estas situações através das seguintes falas: “muito problema na escola, brigas”; “porque a professora colocava de castigo”; “a professora era muito estúpida”; “quando a professora enchia o quadro de letras, eu não queria fazer”; “minha mente já não tava dando mais... matemática... não dava”.

Consideramos que a “falta de condições financeiras” é na verdade o grande motivo que está presente no motivo “trabalho” e na “vida do crime”, que são consequências do baixo rendimento familiar. Contudo, o motivo “falta de condições financeiras” refere-se aqui especificamente às situações em que a família não podia pagar o colégio dos filhos. Dos 12,3% entrevistados que apontaram ser este o motivo que os fez parar de estudar, vamos citar algumas falas: “saí do internato e minha avó não tinha mais condições de pagar os estudos”; “não tinha condições de pagar a escola”.

O motivo “internato” refere-se a situações de fuga do internato, ou seja, o mais importante era tentar fugir e com isto o estudo era colocado em segundo plano. Apenas 1,7% dos entrevistados responderam que este foi o motivo de terem parado de estudar. Como, por exemplo: “estava muito abalado da mente, só pensava em fugir”. O motivo “outros” diz respeito a casos esporádicos relativos à doença, porque foi para o quartel e não sabe o motivo porque parou de estudar.

Notamos que todos esses motivos, inclusive os que apresentam uma incidência maior, se mostram dispersos com relação às faixas de frequência à escola e à última série concluída. Tais motivos aparecem tanto na faixa de entrevistados que frequentaram poucos anos de escola quanto na faixa dos que frequentaram mais de 8 anos, assim como aparecem, tanto entre os entrevistados que cursaram poucas séries, quanto entre os que conseguiram atingir séries mais

avançadas. Podemos concluir, então, que o motivo pelo qual estes entrevistados pararam de estudar não tem uma relação explícita com o tempo que passaram na escola e nem com a última série cursada. Porém, é um dado importante que aponta o quanto a escola é distante da realidade da vida dessas pessoas e não consegue ser estimulante, criativa e nem oferece perspectivas.

"A lembrança maior é ter aprendido uma profissão".
Jorge 28 *anos*

"O internato é melhor do que aqui. Porque lá a gente aprende uma profissão e aqui no presídio não."
Severino, 25 *anos*

IV. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Uma das nossas preocupações foi investigar a oportunidade dos entrevistados iniciarem um curso técnico, que lhes desse a possibilidade de uma profissionalização ainda antes dos 18 anos. É certo que em nossa sociedade ter qualificação profissional permite ao trabalhador, mesmo na menoridade, obter uma remuneração mais digna, como também ter a oportunidade de realizar uma escolha profissional com possibilidades de planos e projetos de carreira no futuro.

QUADRO 1 FREQUENCIA AO CURSO PROFISSIONALIZANTE E IDADE DA 1ª PRISÃO

Idade da primeira prisão	Total	Frequentaram com diploma	Frequentaram sem diploma	Não frequentaram
17 anos	03	03	-	03
18 a 21 anos	38	18	20	48
22 a 29 anos	11	08	03	10
Sem informação	-	-	-	01
Total	52	29	23	62

Como podemos observar, 45,6% dos entrevistados declararam que tiveram a oportunidade de iniciar um curso profissionalizante, enquanto 54,4% não tiveram. Entre aqueles que iniciaram o profissionalizante somente 55,8% concluíram o curso e obtiveram diploma, o que corresponde a 25,4% do total dos entrevistados.

Como podemos ver no Quadro 2, 63,5% dos entrevistados que cursaram o profissionalizante o fizeram no internato, e desses, 48,5% concluíram com diploma. De 7,7% que iniciaram em firma, 50% concluíram com diploma. E dos 23,1% que frequentaram escola profissionalizante (por exemplo: SENAI, SENAC), 83,4% concluíram com diploma. Logo, o dado mais significativo que encontramos é que o rendimento das escolas profissionalizantes é muito maior do que os cursos oferecidos nos internatos ou firmas. A hipótese que gostaria de levantar para que este resultado ocorra é que

a qualidade do ensino é superior e há liberdade de escolha do curso e mesmo de frequentá-lo.

QUADRO 2 – OBTENÇÃO DE DIPLOMA E LOCAL EM QUE FOI REALIZDO O CURSO PROFISSIONALIZANTE

LOCAL DO CURSO	Total	Com diploma	Sem diploma
Internato	33	16	17
Escola profissionalizante	12	10	02
Firma	04	02	02
Local desconhecido	03	01	02
TOTAL	52	29	23

Entre os entrevistados que obtiveram diploma de algum curso profissionalizante, 72,4% entraram para o presídio com idade entre 17 e 21 anos. Este dado confirma-se e toma-se ainda mais grave ao considerarmos que 78,8% dos entrevistados que iniciaram o curso profissionalizante, obtendo diploma ou não, entraram precocemente na prisão (até 21 anos). Por outro lado, temos que 54,4% não frequentaram curso profissionalizante, e desses, 82,3% entraram para a prisão antes dos 21 anos. Constatamos, portanto, que a diferença quanto a entrada precoce na prisão é pequena entre os que frequentaram ou não curso profissionalizante, o que nos leva a crer que o fato de fazer curso não retardou a entrada na prisão.

Enfim, pode-se afirmar que a oportunidade de um aprendizado profissional não impediu a entrada precoce dessas pessoas no sistema penitenciário. Os dados parecem indicar que, ou os cursos profissionalizantes não preparam para competir no mercado de trabalho, ou que, ter um diploma de curso profissionalizante, não é um requisito suficiente para a entrada e permanência neste mercado.

Para analisarmos se o curso profissionalizante ofereceu a oportunidade de profissionalizar estas pessoas, de forma que elas tivessem uma profissão na qual se mantivessem trabalhando, fizemos a relação entre o curso profissionalizante frequentado e a atividade profissional. Ver Quadro 3.

Podemos observar que, embora fosse pequeno o número daqueles que tiveram a oportunidade de terminar o curso profissionalizante (25,4%), é significativa (62,1%) a proporção dos que afirmaram ter trabalhado na profissão em que se especializaram.

QUADRO 3 – RELAÇÃO ENTRE CURSO PROFISSIONALIZANTE E ATIVIDADE PROFISSIONAL

CURSO PROFISSIONALIZANTE COM DIPLOMA*	Números	%
Trabalhou em profissão igual	18	62,1
Trabalhou em profissão diferente	07	24,1
Não tem profissão	04	13,8
Total	29	100,0

“Os amigos, né? Na época eles reclamavam que era ruim, só vivia preso, só ia em casa uma vez por mês. Mas hoje em dia penso que era melhor ter ficado lá, ter arrumado um emprego por lá mesmo.”

Roberto, 30 anos

“Lá no internato eu podia trabalhar. Lá dentro adquiri a profissão que queria ter lá fora e não podia”.

Ronaldo, 26 *anos*

V. EXPERIÊNCIA DE TRABALHO

Entendemos o termo “trabalho” de forma bastante ampla englobando todas as atividades que são remuneradas, mesmo aquelas que não se inserem formalmente no mercado de trabalho. Já o termo “emprego” é usado no sentido de um contrato de trabalho mais ou menos formalizado e remunerado. Entre os nossos entrevistados, 84,2% tiveram emprego (com ou sem carteira assinada) e apenas 15,8% não tiveram. Contudo, não podemos afirmar que 15,8% nunca trabalharam, mas sim que eles nunca tiveram emprego. Ver Quadro 1.

QUADRO 1 – SITUAÇÃO DE EMPREGO

Situação de emprego	Nº	%
Teve emprego:		
com carteira assinada	36	31,6
sem carteira assinada	39	34,2
com e sem carteira assinada	21	18,4
Não teve emprego	18	15,8
Total	114	100,0

Como vemos no Quadro 1, não há diferença significativa entre as proporções de entrevistados que já tiveram emprego com e sem carteira assinada. Observa-se, no entanto, que a proporção dos que trabalharam com carteira assinada, aproximadamente 48% entre os entrevistados que tiveram emprego, é mais baixa que aquela encontrada entre a população masculina empregada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1989, 70,2%.

Tendo em vista que a carteira assinada representa um mínimo de estabilidade, uma vez que garante o recebimento do 13º salário, férias, aviso prévio e cobertura da previdência social, conclui-se que os entrevistados estavam em situação bem mais desfavorável no mercado de trabalho que a média da população masculina empregada.

A análise dos dados que indicam a idade com que nossos entrevistados começaram a trabalhar mostra que 7,9% entraram no mercado de trabalho na faixa de 6 a 11 anos. É uma faixa de idade

muito jovem na qual não é legalmente permitido que se trabalhe. Temos, ainda, 11,4% que começaram a trabalhar entre 12 e 14 anos. Nesta faixa de idade o trabalho era permitido até 1988, embora esses jovens se encontrassem ainda na faixa de escolaridade obrigatória[10]. Na faixa subsequente, 15 a 17 anos, aumenta significativamente o percentual dos que iniciaram sua vida de trabalho, 36,0%, o que é esperado, uma vez que nessa faixa de idade, sobretudo nas camadas populares, já se considera o adolescente responsável, senão por tudo, pelo menos por parte substancial de seu sustento. Nesta faixa etária, embora continuem sendo menores perante à Lei, o trabalho é permitido e já não estão na faixa de escolaridade obrigatória.

QUADRO 2 – IDADE COM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR

Idade com que começaram a trabalhar	Número	%
6 a 11 anos	09	7,9
12 a 14 anos	13	11,4
15 a 17 anos	41	36,0
18 anos e mais	33	28,9
Sem informação	18	15,8
Total	114	100,0

Enfim, temos que 55,3% dos entrevistados começaram a trabalhar antes dos 18 anos[11]. Contrariamente ao que se costuma supor, o fato de ter suas primeiras experiências de trabalho muito cedo, por si só, não garante uma efetiva entrada no mercado de trabalho.

Os motivos alegados pelos entrevistados para começar a trabalhar antes dos 18 anos são diversos. Consideramos que o motivo básico foi a falta de condições financeiras. Contudo, preferimos considerar na nossa análise os motivos que os entrevistados nos deram e, assim, discriminamos as categorias da tabela. Notamos, de acordo com o Quadro 3, que a maioria afirma que começou a

[10] Até 1988 segundo a Constituição de 1967, o trabalho do menor era permitido a partir dos 12 anos. A partir da promulgação da Constituinte de 1988 o limite mínimo de trabalho voltou a ser de 14 anos.

[11] Os dados levantados por Lemgruber, 1990, mostram que 82% dos presidiários trabalham antes dos 18 anos.

trabalhar porque "precisava" (66,6%) e os agrupamos da seguinte forma: "ajudar a família" (33,3%), assim foi considerado quando explicitamente falavam da necessidade de ajudar na renda familiar, referindo-se ora à mãe ora aos irmãos; "para me sustentar" (20,4%), quando falavam na 1ª pessoa fazendo referência ao fato de não terem ninguém para ajudá-los, ninguém com quem pudessem contar e não mencionavam a família; e "encaminhamento dos pais", nestas falas apareciam claramente as referências ao encaminhamento, à orientação, à insistência dos pais e até mesmo ao fato do pai conseguir uma colocação, um emprego para o filho.

QUADRO 3 – MOTIVOS PELOS QUAIS OS ENTREVISTADOS COMEÇARAM A TRABALHAR ANTES DOS 18 ANOS

MOTIVO	NÚMERO	%
Precisava	36	66,6
Independência	04	7,4
Fugir da "vida do crime"	03	5,6
Gostava	03	5,6
Aprender uma profissão	02	3,7
Encaminhamento do internato	02	3,7
Outros	04	7,4
Total	54	100,0

Entre os outros entrevistados, percebemos que as respostas foram mais diversificadas. Com relação à "independência" (7,4%), explicitavam a vontade que tinham de ganhar seu próprio dinheiro e de serem independentes com relação à família. Aqueles que diziam que "gostavam" de trabalhar faziam uma referência explícita ao fato disto ser uma opção. Os que queriam "fugir da vida do crime" (5,6%) pela via do trabalho, referiam-se a isto enquanto uma decisão própria ou por orientação da família. Isto se colocava como uma tentativa de interromper a "vida do crime", do comportamento delituoso. Quem afirmava que queria "aprender uma profissão" fazia referência clara ao objetivo de profissionalizar-se. O motivo "encaminhamento do internato" (3,7%), referia-se ao fato do internato ter encaminhado os entrevistados para o trabalho. No motivo "outros" (7,4%), agrupamos três motivos, a saber: "formou família", que diz respeito à necessidade de trabalhar por ter constituído família e a mulher estar

grávida; “parou de estudar”, onde o entrevistado dizia que começou a trabalhar porque parou de estudar; e “carteira assinada”, que referia-se ao fato de que só com 16 anos poderiam trabalhar tendo esta garantia, que representava ter um vínculo formal de trabalho.

As ocupações exercidas pelos entrevistados foram inicialmente agrupadas por área de atividade como mostra o Quadro 4. Pode-se observar que muitas dessas agregações reúnem profissionais com níveis de qualificações distintas. Em algumas delas, como mecânico e pintor de auto, metalúrgico, marceneiro, lustrador e estofador, os profissionais tendem a ter um nível de qualificação mais elevado. Já entre os operários da construção civil pode-se encontrar profissionais desde os não qualificados até os qualificados.

QUADRO 4 – OCUPAÇÕES EXERCIDAS PELOS ENTREVISTADOS

OCUPAÇÃO	Nº	%
Mecânico e pintor de auto	23	16,1
Operário da construção civil	19	13,3
Artesão, desenhista e atividades artísticas	18	12,6
Metalúrgico (torneiro mecânico, soldador, etc.)	10	7,0
Motorista	08	5,6
Marceneiro, lustrador e estofador	06	4,2
Comerciários e trabalho de escritório	03	2,1
Padeiro	02	1,4
Barbeiro	02	1,4
Outras *	10	7,0
Não tem profissão	42	29,3
TOTAL	143	100,0

* Agrupamos as atividades de operador de piscina, biscate, ourives, sapateiro, encadernador, fazendeiro, faz consertos, aprendiz de sapateiro, copeiro e estivador em “outras ocupações”.

Como vemos no Quadro 5, as ocupações dos pais também eram na sua maioria manuais. Porém, aparece um maior número de profissões qualificadas e de prestação de serviços não manuais. Podemos notar que entre os pais havia uma maior diversificação profissional do que entre os entrevistados, Os dados aqui apresentados sugerem a importância de se estabelecer uma relação mais direta entre a profissão dos pais e dos filhos, o que poderia nos dar uma medida de sua mobilidade profissional, o que não nos foi possível realizar neste trabalho.

Com relação às ocupações das mães, notamos que em sua maioria são ocupações manuais e não-qualificadas. A profissão de empregada doméstica é a que concentra o maior número de mães (42,1%). É interessante notar que esta característica – mães empregadas domésticas – é também o que ocorre quando se trata de jovens que são internados longamente e sem que o motivo seja comportamento infracional. As condições de moradia e a necessidade muitas vezes de ficar no emprego durante toda a semana, ou sair muito cedo e chegar tarde, não permitem a mãe manter o filho junto a si. E como observo também, as mães são na grande maioria o “chefe de família”, tendo que cumprir suas tarefas de mãe e de pai ao mesmo tempo. A ausência do pai, as difíceis condições de moradia e de trabalho, certamente, trazem grandes dificuldades na socialização dessas crianças (cf. Altoé, 1990,1993).

QUADRO 5 – OCUPAÇÕES EXERCIDAS PELOS PAIS DOS ENTREVISTADOS

OCUPAÇÃO	Nº	%
Operário da construção civil	31	26,0
Comerciário e trabalho de escritório	18	15,1
Motorista	12	10,1
Metalúrgico (torneiro mecânico, soldados, etc.)	10	8,4
Mecânico de auto	06	5,0
Militar	05	4,2
Trabalhador rural	04	3,4
Funcionário público	02	1,7
Advogado	02	1,7
Vigilante	02	1,7
Estivador	02	1,7
Bancário	01	0,8
Outras *	07	5,9
Sem informação	15	12,6
Não tem profissão	02	1,7
TOTAL	119	100,0

* Agrupamos as atividades de maquinista de filmagem, alfaiate, cozinheiro, escritor, padeiro, marceneiro e serviços gerais em “outras ocupações”.

QUADRO 6 – OCUPAÇÕES EXERCIDAS PELAS MÃES DOS ENTREVISTADOS

OCUPAÇÃO	Nº	%
Empregada doméstica	48	42,1
Prendas domésticas	23	20,2
Comerciária	07	6,1
Enfermeira	07	6,1
Costureira	06	5,3
Operária industrial	03	2,6
Professora	02	1,8
Outras *	05	4,4
Sem informação	13	11,4
TOTAL	114	100,0

* Agrupamos as atividades de lavradora, servente, merendeira, polícia e advogada em "outras ocupações".

Levantamos aqui algumas questões sobre a formação profissional dos pais e de nossos entrevistados. Certamente, novos trabalhos de pesquisa se fazem necessários para melhor entendermos a infância pobre e as dificuldades de socialização e inserção social que surgem, sobretudo, nas grandes cidades.

"Na mente de infância a gente não tem pensamento correto."
Mário, 28 anos

VI. SAÍDA DE CASA: MOTIVOS E DESTINO

Para analisar essa questão elaboramos perguntas que nos permitiram refletir sobre o tempo de convivência familiar e como ocorre a ruptura dos laços familiares. Formulamos perguntas que nos informaram sobre a idade em que os entrevistados deixaram a casa dos pais, o motivo que os levou a sair de casa e para onde foram. Pretendemos, a partir das relações entre essas respostas, apontar alguns indicadores sobre os motivos sócio-familiares que levaram as crianças e jovens à ruptura ou afrouxamento dos laços familiares.

Na primeira análise dos dados obtivemos que, dos 114 entrevistados, 93 responderam explicitamente que saíram da casa dos pais antes dos 18 anos. Mas, numa análise mais detalhada, observamos que, em função das respostas posteriores, os resultados se modificavam, pois a data da ruptura com a família ou saída de casa foi considerada pelos entrevistados de diferentes formas. Ou seja, a tentativa inicial era trabalhar somente com a declaração explícita que os entrevistados fizeram. Mas posteriormente resolvemos incorporar outros dados, considerando que a internação, a prisão ou ir morar na rua, etc., eram também formas de distanciamento da família, como veremos nos diversos motivos de saída de casa no Quadro 1.

Analisando os motivos de saída de casa verificou-se que havia uma relação entre eles e a idade. Nessa medida, procurou-se trabalhar com as idades agrupadas segundo estas características como mostra o Quadro 1.

A análise das principais razões pelas quais as crianças ou jovens saíram da casa de seus pais antes dos 18 anos mostra que 37,7% deles saíram por apresentarem um "comportamento antissocial"[12]. Ou seja, por já estarem praticando pequenos furtos, fazendo assaltos, e por estarem envolvidos com tóxico. O fato de sair de casa por "comportamento antissocial" já é em si uma

[12] As categorias "comportamento antissocial" e "perambulante", que também encontramos no Quadro I, eram utilizados pelos órgãos do Juizado de Menores e pela FUNABEM até 1990 para classificar motivos de apreensão do jovem na rua. Utilizamos estas categorias, pois esses entrevistados fazem parte daqueles casos nos quais a análise dos motivos de saída de casa foram obtidos a partir dos dados da primeira internação.

consequência. O primeiro passo é ir para a rua em busca de uma solução para a sua situação de pobreza familiar. No entanto, como isto é extremamente difícil, frequentemente as crianças e jovens se envolvem com atos de infração para obter a renda necessária. Em segundo lugar, (21,1%) encontramos causas referentes ao mau relacionamento familiar (maus tratos, brigas, separação dos pais, etc.). Em terceiro lugar, encontramos a falta de condições financeiras como motivo alegado explicitamente. De fato estes diferentes motivos, declarados por eles como fatores mais relevantes, podem ser considerados, em última instância, como sendo um único, na medida em que estão estreitamente relacionados entre si. A dificuldade de sobrevivência da família a devido a fatores já conhecidos, tais como: baixa renda familiar, dificuldade de moradia, atendimento escolar e de saúde inexistente ou precário, e falta de programas sociais de lazer e de encaminhamento para o trabalho (vide Quadro 1).

Vejamos a seguir as características por faixa etária:

– Na faixa etária de 0 a 4 anos, podemos destacar que em 75% dos casos o abandono dos pais é a causa principal da ruptura do vínculo familiar.

– Na faixa etária de 5 a 8 anos, as crianças deixam de morar com seus pais por dois motivos principais: falta de condição financeira dos pais (30%) e mau relacionamento familiar (25%). Nesta faixa etária, os problemas familiares (85%) aparecem como o principal fator de uma relação conflitiva com a família. A questão do "comportamento antissocial"[13] e trabalho/estudo aparecem juntos, porém representam somente 15% dos motivos alegados.

– Dos 9 aos 13 anos, 33,3% dos jovens deixam a casa dos pais por apresentarem "comportamento antissocial". O mau relacionamento familiar também é expressivo e representa 28, 1% dos motivos alegados para a saída de casa.

[13] Para a análise desta questão levamos em conta o motivo da internação, quem internou e o tipo de internato para o qual foi encaminhado. Resolvemos utilizar a categoria "comportamento antissocial", pois esta em usada pelos Juízes de Menores para deter e internar o "menor" em estabelecimentos especializados para infratores (Escola João Luís Alves. Escola Odílio Costa Filho e Instituto Padre Severino). Nesta época estava em vigência o Código de Menores que foi substituído em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

– Dos 14 aos 18 anos, 71,9% dos jovens – o que representa a maioria

– Deixaram suas casas por já apresentarem o que as autoridades definem como "comportamento antissocial". Aqui, os delitos que esses jovens cometeram já são, algumas vezes, graves (homicídio, tráfico de drogas). A via da "delinquência" representa a forma mais expressiva de tentativa de encaminhamento para a solução de seus problemas mais imediatos.

QUADRO 1 – MOTIVO PELO QUAL SAÍRAM DE CASA ANTES DOS 19 ANOS E GRUPO DE IDADE

MOTIVO	Total	0 – 4	5 – 8	9 – 13	14 – 18	Sem informação
Abandono dos pais	4	3	1	-	-	-
Separação dos pais	1	1	-	-	-	-
Morte e doença mental dos pais	10	-	5	3	2	-
Mau relacionamento familiar	24	-	5	16	3	-
Falta de condições financeiras	17	-	6	9	2	-
Trabalhar e estudar	4	-	2	2	-	-
Busca de independência	2	-	-	2	-	-
Casamento	1	-	-	-	1	-
Homossexualismo	1	-	-	-	1	-
"Perambulante"	6	-	-	6	-	-
Comportamento antissocial	43	-	1	19	23	-
Sem informação	1	-	-	-	-	1
TOTAL	114	4	20	57	32	1

Para onde vão as crianças e jovens quando saem da casa dos pais? Como vimos anteriormente, diversos motivos levaram, na fase da infância e da adolescência, os presidiários entrevistados a romperem ou iniciarem um enfraquecimento dos vínculos familiares, que poderiam representar apoio afetivo, educacional e material. Os conflitos de diversas ordens, vivenciados por eles, fizeram com que

deixassem a casa dos pais por um breve ou longo período. Em todas as faixas etárias o local para onde a maioria (53,5%) foi encaminhada, ao sair da casa dos pais, foi o internato de "menores". Em seguida, é a rua o local que buscam (23,7%) com mais frequência. Esses jovens, na sua grande maioria, permanecem na rua por um ou dois anos quando, então, são apanhados pelos órgãos competentes (FUNABEM e Polícia Militar) e levados para os internatos. O quadro 2 mostra o detalhamento desses dados:

QUADRO 2 – LOCAL PARA ONDE FORAM APÓS SAÍREM DA CASA DOS PAIS GRUPO DE IDADE

LOCAL	Total	0 – 4	5 – 8	9 – 13	14 – 18	Sem informação
Internato	61	3	12	26	20	-
Rua	27	-	5	19	3	-
Casa de:						
pais adotivos	2	-	-	1	1	-
parentes	8	-	1	6	1	-
Nova casa:						
com esposa	3	-	-	-	3	-
amigo	7	-	1	4	2	-
patrões	1	-	1	-	-	-
Outros	3	-	-	1	2	-
Sem informação	2	1	-	-	-	1
TOTAL	114	4	20	57	32	01

Até os 4 anos o internato foi o único local para onde as crianças foram levadas.

Dos 5 aos 8 anos, 60% das crianças foram encaminhadas para os internatos. Podemos notar que há uma forte preocupação dos pais com a vida de seus filhos. Nesta fase os pais internam os filhos em estabelecimentos para "menores", seja por falta de condições financeiras, ou morte de um deles. Talvez a opção por internar os filhos surja no sentido de protegê-los e poder lhes dar um futuro promissor, uma vez que o internato supostamente garantiria moradia, estudo, vestuário e permitiria o distanciamento das "más companhias". A ida para a rua representa 25% das respostas nesta

faixa etária, proporção bastante expressiva tendo em vista a pouca idade da criança, o que dificulta sua sobrevivência sozinha.

Na faixa etária dos 9 aos 13 anos, 45,6% dos entrevistados foram internos sendo que, entre eles, a ida para os internatos, em consequência de "comportamento antissocial" já é bastante significativa representando 53,8% dos casos.

A partir dos 9 anos os entrevistados começam a permanecer em maior número nas ruas (33,3%)[14], É também com essa idade que eles começam a apresentar" comportamento antissocial" destacando-se, segundo a resposta dos entrevistados, os pequenos furtos (33,3%), que se intensificam, sobretudo, a partir dos 12 e 13 anos.

Dos 14 aos 18 anos, 62,5% dos jovens foram encaminhados para os internatos por serem considerados "menores de conduta antissocial". É também nesta faixa etária que alguns jovens (9,4%) saem de casa para juntar-se à companheira.

O Quadro 3, na página seguinte, mostra exaustivamente a relação entre o motivo pelo qual os entrevistados saíram da casa de seus pais antes dos 18 anos e o local para onde foram. A partir destes dados as observações mais importantes são as seguintes:

a) dos 114 entrevistados, 53,5% deixaram a casa dos pais e foram encaminhados para os internatos; desses, 57,3% foram para estes estabelecimentos por apresentarem "comportamento antissocial".

b) 23,7% dos entrevistados deixaram a casa dos pais e foram para as ruas, sendo que 48,1% dessas pessoas foram para as ruas alegando o mau relacionamento familiar.

[14] Ferreira, 1979:83, observa que existia nas ruas de São Paulo um número maior de crianças entre 7 e 16 anos do que de outras idades. No estudo sobre meninos de rua do Rio de Janeiro, Rizzini, 1986, encontrou 70% de crianças entre 10 e **14** anos. Com idade inferior a 10 anos encontrou apenas 13% dos entrevistados, com idade superior a 14 anos, 17%.

QUADRO 3 – MOTIVO PELO QUAL SAÍRAM DA CASA DOS PAIS ANTES DE 18 ANOS E LOCAL PARA ONDE FORAM

QUADRO 3 - Motivo pelo qual saíram da casa dos pais antes de 18 anos e local para onde foram

LOCAL	Total	Abandono de pais	Separação de pais	Morte e doença mental de pais	Mau relacionamento familiar	Falta de condição financeira	Trabalhar e/ou estudar	Independência	Casamento	Homossexualismo	Perambulante	Comportamento anti-social	Sem informação
Internato	61	2	1	5	2	8	2	-	-	-	6	35	-
Rua	27	1	-	2	13	5	1	-	-	-	-	5	-
Casa dos pais adotivos	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Casa de parentes	8	-	-	1	4	2	-	-	-	-	-	1	-
Casa de amigos	7	-	-	2	2	1	-	1	-	-	-	1	-
Casa dos patrões	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Casa com esposa	3	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-
Outros	3	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-
Sem informação	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	114	4	1	10	24	17	4	1	1	1	6	44	1

"Era mais a maltratação. A gente é menor, espanca a gente como se fosse boi bobão.
É maltratado mermo! Igual a cachorro. Os menor são tudo revoltado por causa disso. Podia ser outra pessoa na vida. É muita covardia!"

Luís Carlos, 27 anos

"No internato a vida é quase igual a esta aqui. Aqui se está preso porque a gente fez para estar preso. Na época eu não fazia nada."

Tião, 19 anos

"A lembrança mais forte foi ver um companheiro meu morrer numa tentativa de fuga. Eles usavam arma de fogo e pau. Ele, mesmo baleado, os caras começaram a bater nele. Aí, leva para o médico, não leva ... ele morreu."

Cláudio José, 21 anos

VII. INTERNATO: RECLUSÃO "NA MENOR"

Trataremos aqui da experiência dos entrevistados nos internatos de "menores". Pretendemos abordar, nesta parte, a vida dessas pessoas no período em que viveram nos internatos, desde a primeira entrada até as condições de saída do último estabelecimento e, logo após, sua inserção social via moradia e trabalho. Os internatos nomeados pelos entrevistados são, na sua grande maioria, aqueles que foram administrados pela FUNABEM e alguns outros com esta conveniados.

Acreditamos que a partir desses dados podemos caracterizar esses presidiários segundo a experiência de internação pela qual passaram na infância e na adolescência. Os dados analisados se referem à primeira internação. A idade em que ocorreu a primeira internação é apresentada no Gráfico 1.

Ao analisarmos os dados desse gráfico constatamos que 55,26% dos entrevistados entraram pela primeira vez no sistema de internatos entre os 11 e 15 anos, portanto, no início da adolescência.

Já, os dados sobre o tempo de internação[15] nos revelaram, conforme o Quadro 1, que os entrevistados, de uma maneira geral, permaneceram pouco tempo em cada um dos internatos. Na primeira internação a grande maioria (73,7%) ficou no máximo até um ano.

Na passagem pela segunda internação, os dados se mantiveram semelhantes, ou seja, 75% dos jovens ficaram no máximo até um ano nesses estabelecimentos. Mesmo que o entrevistado tenha passado por diversos internatos, o tempo de permanência em cada um deles, para a maioria, é igual ou inferior a um ano.

A importância deste dado tão significativo é a de nos mostrar que os presidiários que são ex-alunos da FUNABEM ou de outros estabelecimentos de assistência são, na grande maioria, aqueles jovens que passaram pouco tempo internados, tanto na primeira, como na segunda ou demais internações. Esta questão é muito importante e levanta uma série de indagações. Por que o jovem permanece internado pouco tempo? Qual o objetivo de tal internação? Por que se encontram em maior número no presídio os jovens que passaram pouco tempo no internato e não aqueles que lá permaneceram por muitos anos? Será que é grande o número dos que passaram muitos anos? Tentando responder a essas perguntas procuramos, através da análise das respostas, discriminar quem é o presidiário que nos últimos 20 anos é referido de forma genérica pela imprensa, e inclusive por pesquisadores, como sendo “ex-aluno da FUNABEM”.

QUADRO 1 – TEMPO DE PERMANÊNCIA EM CADA INTERNAÇÃO

TEMPO DE PERMANÊNCIA	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Até 1 ano	84	63	33	17	15
De 1 a 2 anos	12	06	08	04	04
Mais de 2 anos	14	08	06	01	-
Sem informação	04	06	06	04	09
TOTAL	114	84	54	28	28

[15] Neste quadro consideramos internação como qualquer nova entrada nos internatos motivada seja por evasão ou desligamento do estabelecimento anterior.

Ao longo deste trabalho buscamos informações com o objetivo de traçar o perfil de nossos entrevistados. Inicialmente, consideramos importante classificar essas pessoas segundo a denominação pela qual a própria FUNABEM lhes rotulava. O menor de idade quando entrava no sistema de atendimento era discriminado segundo duas categorias principais: “menor carente ou abandonado” e “menor infrator ou de conduta antissocial”. Estas denominações, como já dissemos anteriormente, estão referidas ao antigo Código de Menores.

No nosso estudo, esta questão tomou-se relevante, pois tivemos dificuldade em definir quem poderíamos classificar como “menores carentes” e “menores de conduta antissocial”. Os nossos dados foram fornecidos pelos entrevistados e eram os únicos dados que nos permitiram a análise. Consideramos que, pelo fato de terem respondido a um conjunto de perguntas que se relacionaram entre si, tínhamos em mãos dados suficientes para concluirmos uma análise, sem termos que perguntar diretamente aos entrevistados se eles tinham ingressado no sistema de internato com o rótulo de “carente” ou de “infrator”. Poderíamos proceder esta análise através das respostas a quatro perguntas que indagam o motivo da internação, quem o internou, quanto tempo ficou internado e o nome do internato. Entretanto, ao analisarmos os dados, percebemos que o material permitia uma análise mais rica que contornava alguns impasses enfrentados nessa primeira tentativa. Os impasses surgiram justamente quando refletimos sobre quem poderia ser enquadrado exclusivamente na etiqueta “menor carente”, “menor infrator” ou “menino de rua”, que eram as principais categorias usadas na década de 80.

Vejamos a seguir os impasses que encontramos. São comumente denominados pelos órgãos competentes, como “menores carentes”, aquelas crianças ou jovens cujas famílias não têm condições de oferecer aos filhos moradia, alimento, vestuário e educação. Na análise das entrevistas (que antecederam aos questionários e nas quais baseamos a formulação das perguntas) e nas próprias respostas aos questionários, constatamos que todos os entrevistados foram crianças e jovens “carentes”, no sentido definido acima. Logo, esta categoria não nos pareceu útil para falar de nossos entrevistados na tentativa de caracterizá-los encontrando o que os diferenciava.

Refletimos sobre as categorias “menor infrator” e “menino de rua” e percebemos, ao proceder à análise da trajetória de cada entrevistado, que o jovem, além de se enquadrar na categoria “carente” poderia ir para a rua tomando-se um “menino de rua” e depois vir a dar entrada no sistema de internato por praticar um “ato antissocial”. Ou, simplesmente, era apanhado na rua pela “Kombi da FUNABEM” como “perambulante”, o que correspondia, às vezes, à denominação “menino na rua” e, outras, à “menino de rua” (Cf. Rizzini, 1991). Encontramos também aqueles que, morando com os pais, saíam à rua e eram internados por serem flagrados cometendo “delitos”, ou simplesmente por estarem na rua. Concluímos, então, que caracterizá-los somente como “menores carentes” ou de “conduta antissocial” seria restringir nossa compreensão e desconsiderar as ricas informações obtidas nas respostas ao questionário.

Assim, na tentativa de discriminá-los pela infância e adolescência que tiveram, com referência à família, à forma pela qual foram internados e à importância da internação em suas vidas, tentamos ver qual seria a característica mais importante que os diferenciaria neste estudo. Considerando a literatura utilizada e os estudos feitos por mim anteriormente, foi possível observar que a característica – tempo de permanência nos internatos – era o fator principal. Desta forma separamos nossos entrevistados em dois grupos assim denominados: jovens” institucionalizados” e jovens “não-institucionalizados” .Estudando as outras características em relação a esta – tempo de permanência no internato – e, sem perder a visão do conjunto de dados sobre o entrevistado, consideramos que:

a) Jovens “institucionalizados” eram aqueles que apresentavam as seguintes características: os motivos que levavam os meninos aos internatos eram problemas familiares (falta de condições financeiras dos pais, mau relacionamento familiar, separação dos pais ou morte de um deles) e o responsável pela internação era a família, principalmente a mãe. Estas crianças e adolescentes entravam nos internatos com pouca idade e passavam parte significativa da infância e da adolescência nestes estabelecimentos.

b) Jovens “não-institucionalizados” eram aqueles que apresentavam as seguintes características: internos pela primeira vez por estarem “perambulando na ma” ou cometendo algum “delito” (roubo, furto, tóxico, etc.); geralmente eram apanhados pela polícia

ou “Kombi da FUNABEM” e levados para os internatos; a família nesses casos não era a responsável pela internação, e o tempo de internação era breve.

Esta caracterização nos permitiu discriminar os egressos de estabelecimentos de assistência que se encontravam nos presídios em dois grupos principais: a grande maioria, 75,5%, eram jovens “não-institucionalizados”, os outros, 24,5%, eram jovens “institucionalizados”. Dentro desta caracterização abrangente mostraremos diferenciações que aparecerão nas análises a seguir.

Pelo Quadro 2, podemos verificar que os entrevistados que denominamos jovens “institucionalizados”, na sua maioria (65,4%), entraram a primeira vez nos internatos ainda na infância (0-4 anos e 5-8 anos). Em sua grande maioria esse grupo coincide com aquele grupo denominado de “menores carentes” pelos órgãos encarregados de executar a política de assistência ao “menor”. Suas famílias encontravam dificuldades de cuidar dos filhos quando esses eram ainda pequenos e a solução foi interná-los. Considerando o conjunto dos meninos “institucionalizados”, a falta de condições financeiras dos pais foi responsável pelo ingresso de 42,3% deles nos internatos. O segundo motivo foi a perda de um dos pais (15,4%).

Já os jovens “não-institucionalizados” foram para os internatos, sobretudo, a partir da faixa etária dos 9-13 anos (48,8%), ou seja, na puberdade e início da adolescência. É igualmente significativo (45,4%) a proporção daqueles que entraram em plena adolescência, na faixa etária dos 14-18 anos.

É naquela faixa que os mesmos (dos 9 aos 13 anos) são internos, sobretudo, por se encontrarem “perambulando” (45,5%). Nessa idade, os jovens já vão para as ruas, fugindo dos problemas familiares e da própria miséria de suas famt1ias. O jovem, de uma maneira geral, com essa idade tem maior autonomia e maior controle sobre sua vida, o que facilita a ida para as ruas em busca de sustento e de independência.

Podemos ver também no Quadro 2, que é a partir dos 9 anos que eles são apanhados por cometerem “delitos” e isto se intensifica claramente a partir dos 14 anos. Dos 88 entrevistados que consideramos como “não-institucionalizados”, 59,1% ingressaram nos internatos por cometerem algum” delito” e por uso ou tráfico de

drogas (tóxico). Logo, do total dos entrevistados, 45,6% começaram a praticar "delitos" na menoridade.

QUADRO 2 - Idade e motivo da 1ª Internação

IDADE DA 1ª INTERNAÇÃO	Total		Falta de condição financeira		Mau relacionamento familiar		Morte dos pais		Doença mental do pai ou da mãe		Por vontade própria		Perambulante		Polícia*		Delito		Tóxico		Outros		Sem informação	
	I	NI	I	NI	I	NI	I	NI	I	NI	I	NI	I	NI	I	NI	I	NI	I	NI	I	NI	I	NI
0-4 a	3	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
5-8 a	14	2	5	-	2	-	3	-	2	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
9-13 a	9	43	5	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	20	1	3	-	16	-	4	-	-	-	-
14-18 a	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	2	-	27	-	4	-	2	-	-
19-21 a	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem informação	-	1	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26	88	11	-	2	-	4	-	2	-	1	-	3	28	1	6	-	44	-	8	-	2	2	-

* Os entrevistados não sabiam explicar o motivo da internação, alegando simplesmente que foram apanhados pela polícia.

- Neste quadro as letras I e NI correspondem a: I - Institucionalizado: IN - Não-institucionalizado

- Consideramos delito a prática de: furto, roubo, porte de armas e homicídio

Considerando o total de anos de internação, também configura-se como uma característica dos jovens "institucionalizados", o longo tempo de permanência nos internatos. Aqui, os entrevistados ficaram na sua maioria (84,6%) de 5 a 19 anos internados. Já, dos 88 entrevistados considerados "não-institucionalizados", 77,3% ficaram até um ano nos internatos.

Observamos que a internação breve[16] – exclusão do convívio social – para jovens que apresentavam "comportamento antissocial", constituía, sobretudo, uma medida disciplinar e punitiva. É importante também ressaltar que era seu primeiro contato com o aparelho policial e judiciário da sociedade.

QUADRO 3 – TOTAL DE ANOS DE INTERNAÇÃO POR TIPO DE CONDIÇÃO

ANOS DE INTERNAÇÃO	Total	Institucionalizado	Não-institucionalizado
0-1 ano	70	02	68
2-4 anos	18	02	16
5-8 anos	13	13	-
9-13 anos	11	07	04
14-19 anos	02	02	-
TOTAL	114	26	88

Pelo Quadro 4, podemos ressaltar que, dos 26 jovens "institucionalizados", 57,7% entraram no sistema de internatos apenas uma vez. Sabemos que esses meninos foram internos pelas famílias ainda muito novos, ficando um período significativo de sua infância e adolescência nos internatos. Nesses casos a família foi levada a internar seus filhos por falta de meios (financeiros, habitacionais e de trabalho) para mantê-los. Como esses motivos não foram solucionados com o passar dos anos, as famílias deixaram seus

[16] Através de experiência profissional e informação de assistentes sociais de estabelecimentos para "infratores", sabemos que em comum nos anos 80 que o "infrator" fosse desligado pelos pais após breve período de internação. Costumava-se comentar que os pais tinham interesse em retirá-los, pois "seus ganhos" complementavam a renda familiar. Se o "delito" não fosse grave e os pais se responsabilizassem pelo jovem, em geral não eram colocados maiores empecilhos por parte do Juiz de Menores na soltura do jovem.

filhos nos internatos e assim eles lá permaneceram por longos períodos.

Dos jovens "não-institucionalizados", 42% entraram no sistema de internatos uma vez; 58% entram mais de uma vez[17]. As muitas entradas no sistema de internato, nesses casos, se deram pelo fato de que esses meninos evadiam com frequência ou eram desligados pelas próprias famílias. A volta ao internato se dá, sobretudo, pela dificuldade de modificação na rotina de vida desses rapazes, que expressa a inalterabilidade no quadro problemático no qual se encontravam na primeira internação. Esses dados, tão significativos no que diz respeito à reinternação, nos levam a indagar se a internação desses jovens lhes traz qualquer benefício, no sentido de oferecer orientação e apoio para que possam fazer face aos problemas de ordem afetiva, familiar, educacional e de trabalho que enfrentam em momento difícil de suas vidas.

QUADRO 4 – NÚMERO TOTAL DE ENTRADAS NO SISTEMA DE INTERNATOS

CONDIÇÃO DO JOVEM	Total	1	2	3	4	+ de 5
Institucionalizado	26	15	05	03	02	01
Não-institucionalizado	88	37	25	17	03	06
TOTAL	117	52	30	20	05	07

Na vigência do Código de Menores, o Juiz com frequência tomava a decisão de internar a criança ou adolescente, quando este era apreendido pelos policiais ou "Kombi" da FUNABEM, por estar andando na rua, ou, por praticar atos infracionais. Com a promulgação da Lei 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente entrou em vigor e a internação de crianças e adolescentes ficou restrita somente aos casos em que há flagrante de ato infracional, ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária

[17] Dados fornecidos pela Sessão de Estudos e Informações do CEAD – Centro de Atendimento Direto – do CBIA, referentes a reincidências são os seguintes: ano de 1987 – 59,9% do atendimento é feito aos reincidentes; e no ano de 1988 – 58.2% do atendimento é feito aos reincidentes.

competente. O Art. 121 estabelece que "a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento". E o Art. 122 diz que

> a medida de internação só poderá ser aplicada quando: I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Nesta Lei é considerada criança toda pessoa até 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos.

Com estas restrições da Lei, a década de 90 não deverá repetir o que ocorreu até a década de 80, período em que a grande maioria de nossos entrevistados foram internados. Atualmente, não só a internação é limitada aos que cometem atos infracionais, como existem outras medidas sócio-educativas que devem ser priorizadas. Não há dúvida nenhuma que vivemos numa época de busca de soluções mais adequadas para atender as crianças e adolescentes, como, sobretudo, de se questionar sobre a falta e a eficácia das instituições públicas existentes que devem garantir o atendimento aos direitos básicos das crianças e do adolescente.

“Só lembro de quando fui solto mesmo. A minha liberdade.”
Wanderley, 21 anos

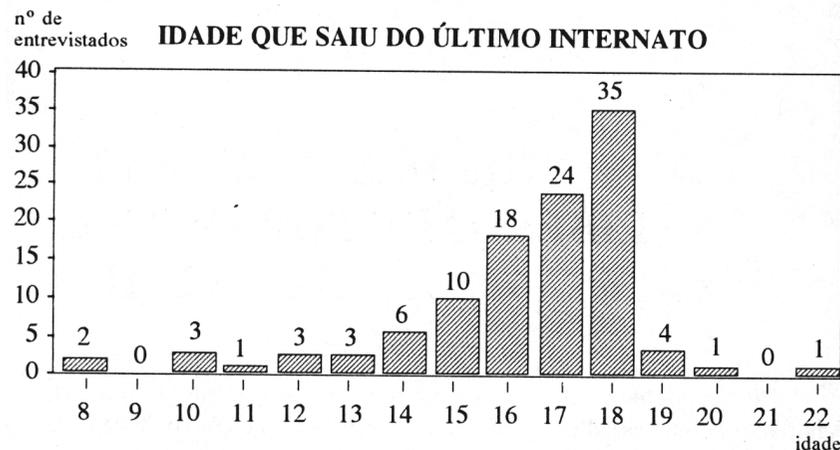
“Eu me lembro do dia que meu pai foi assinar meu desligamento e não me reconheceu. É que eu estava de uniforme, com a cabeça raspada, a cara quebrada por causa de uma briga.”
Damião, 22 anos

VIII. DESLIGAMENTO: LIBERDADE POR QUANTO TEMPO?

No sentido de verificarmos como se dá o desligamento do internato, elaboramos perguntas sobre quando este ocorreu e as condições de vida logo a seguir. Entendemos que o desligamento é um período muito importante na vida do jovem que deixa o internato de “menor”, pois é nesta etapa que ele se depara com a questão da sua inserção social na qual pesam a questão do trabalho e da moradia. O desligamento é compulsório aos 18 anos, idade de início da maioridade penal. Esta data marca a importância de sua inserção social, pois a prática de “delito”, a partir de então, pode levá-lo à prisão.

Esta questão é igualmente importante para os jovens “institucionalizados” e para os “não-institucionalizados”, embora de forma distinta. O jovem “institucionalizado”, como vimos, ficou interno 5 anos ou mais, na sua grande maioria. Teve oportunidade de estudar e de fazer cursos profissionalizantes. Entretanto, como mostram outros estudos, Campos, 1984; Altoé, 1990, a escolaridade e a profissionalização adquiridas não lhe permitem competir em boas condições no mercado de trabalho. Esta é a primeira dificuldade. A segunda é o seu desconhecimento do mundo social fora dos muros do internato. Isto lhe dá um “handicap” importante para iniciar sua inserção social.

Quanto aos jovens que passaram menos de um ano internados, a questão da institucionalização não se coloca da mesma maneira. A principal questão a ressaltar é que este jovem criou e provavelmente mantém laços de amizade, parentesco e vizinhança, o que toma o desligamento uma questão muito distinta daqueles que lá permaneceram por longo período. A saída do internato pela fuga ou desligamento permite a ele a volta ao seu meio social, do qual foi retirado por breve período de tempo.

Nesta análise consideramos o grupo estudado sem diferenciar os jovens “institucionalizados” dos “não-institucionalizados”, pois os dados aparecem de forma igualmente distribuída.

O gráfico expressa que um número significativo de jovens, (76,3%), ou seja 87, representando 76,3% do total, saem do internato entre os 15 e 18 anos. O início da maioridade aos 18 anos é a idade de permanência máxima nos estabelecimentos para "menores" e, conforme indica o gráfico, é a idade de maior concentração do desligamento, 35 casos, isto é, 30,7%.

QUADRO 1 – LOCAL DE MORADIA APÓS O DESLIGAMENTO

LOCAL DE MORADIA	Nº	%
Pais (pais/ mãe / pai)	58	50,9
Parentes / amigos	17	14,9
Mulher	17	14,9
Prisão	01	0,9
Forças Armadas	01	0,9
Pensão da FUNABEM	01	0,9
Recolhimento mendigo	01	0,9
Outros	18	15,7
TOTAL	114	100,0

Quanto ao local de moradia, logo após o desligamento, os dados mostram que a grande maioria manteve vínculos com os pais, parentes e amigos. Temos que 50,9% voltaram a viver com seus pais, mãe, ou, pai; 15% com parentes e amigos, e 15% com companheiras. E apenas um sujeito foi direto para a penitenciária.

QUADRO 2 – MANEIRA ENCONTRADA PARA SE SUSTENTAR APÓS O DESLIGAMENTO

MANEIRA ENCONTRADA PARA SE SUSTENTAR	Nº	%
Ajuda de parentes / amigos	06	5,3
Ajuda do pai	15	13,2
Forças Armadas	03	2,6
Internato	01	0,9
Trabalho	43	37,7
Trabalho / "delito"	05	4,4
Roubo / furtos	19	16,6
Tráfico	01	0,9
Outros	21	18,4
TOTAL	114	100,00

Garantir o seu sustento é uma outra questão importante e nem sempre de fácil solução. Os dados acima mostram que apesar da pouca especialização profissional e da pouca oferta no mercado de trabalho, 41% afirmaram que trabalhavam para se sustentar. E 17,5% disseram que praticavam "delitos" como uma forma de garantir seu sustento. Ao incluirmos aqueles que disseram que além de trabalhar também praticavam "delitos", teremos então 22% do total de entrevistados.

Conforme consideramos anteriormente, esses jovens foram crianças e jovens em situação social, familiar e afetiva particularmente difícil. Passaram pela adolescência com pouco ou nenhum apoio fora do âmbito familiar. A única atenção dada foi a reclusão no internato de "menores". Eles sabem que com a chegada da maioridade o peso da sanção sobre seus atos delituosos é muito mais intenso. Se forem presos, o período de reclusão poderá ser muito longo, uma vez que não contam mais com a proteção da lei por serem "de menor". Tudo isto toma este período de início de maioridade muito delicado e importante[18].

Como iniciar a vida na maioridade, após uma infância e adolescência difícil e conturbada? Este estudo não pretende dar resposta a esta questão, entretanto, no capítulo seguinte os dados analisados revelam indicadores importantes.

[18] Altoé, 1993, estuda esta questão, sobretudo em relação aos jovens que passaram muitos anos internados.

“No internato precisa um tratamento mais adequado. O *cara cresce burro e vai ser um delinquente. Eles não fazem nada!*”

Júlio, 29 *anos*

“A gente não aprende nada de bom onde tem todo tipo de pessoa. Tem pivete de todo lugar. Tem pivete mau e homossexual. É prisão igual aqui. Só que lá tem mais mordomia – piscina, não fica trancado na cela, pode falar com todo mundo...”

Waldiney, 21 *anos*

IX. PRISÃO: RECLUSÃO “NA MAIOR”

Nesta última parte tratamos de abordar os dados sobre a prisão. Para isto elaboramos perguntas sobre a idade em que o entrevistado foi preso, o motivo da primeira e última prisão, o tempo de condenação e quais os presídios e penitenciárias pelos quais passou. Com esses dados pretendemos analisar a vida dos entrevistados, egressos dos internatos de menores, no sistema penal.

Analisaremos também os dados sobre a “vida na prisão” fazendo um paralelo com outros já analisados, que se referem à vida nos estabelecimentos para “menores”. Na verdade, como veremos, essas duas instituições (internato e prisão) de caráter totalizante estão muito presentes na vida dos entrevistados e parecem determinar sobremaneira o encaminhamento de suas vidas. Neste sentido, é importante observar que um número significativo de nossos entrevistados (28%) identificaram explicitamente a internação à detenção prisional. Quando perguntados sobre quando foram presos a primeira vez, eles indagaram: “na menor ou na maior?”.

Os dados da pesquisa são muitos significativos: 74,6% dos entrevistados entraram na prisão entre 18 e 21 anos de idade. Desses, 50,6% ingressaram no sistema penal com 18 anos. Como se vê, essas pessoas foram encarceradas muito jovens, ou seja, tão logo completaram a maioridade, idade em que o Código Penal permite sua apreensão e detenção.

É importante ainda ressaltar que entre os 35 entrevistados que saíram do internato com 18 anos, 50% foram presos com essa mesma idade. Estes dados certamente são significativos, no sentido de se pensar com que objetivo esses jovens foram apreendidos e encarcerados em “reformatório de menores”. A FUNABEM (1975) investigou, há 17 anos atrás, esta questão e descobriu que de seus ex-alunos que passavam ou permaneciam no sistema penitenciário, 67% da população estudada entrava ali até 21 anos. A divulgação desse dado, entretanto, parece não ter conseguido provocar mudanças significativas no atendimento para que a situação constatada fosse revertida. Dos 114 entrevistados em nossa pesquisa, 38,6% foram presos uma única vez. O restante (61,4%) reincidiu como mostra o Quadro 1.

QUADRO 1 – NÃO-REINCIDENTES E REINCIDENTES SEGUNDO A IDADE ATUAL

IDADE ATUAL	Não-reincidente		Reincidente		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
18 a 21 anos	09	50,0	09	50,0	18	100,0
22 a 25 anos	18	50,0	18	50,0	36	100,0
26 a 30 anos	09	25,7	26	74,3	35	100,0
31 a 40 anos	06	30,0	14	70,0	20	100,0
Mais de 40 anos	01	25,0	13	75,0	04	100,0
Sem informação	01	100,0	-	-	01	100,0
TOTAL	44		70		114	

Ao analisarmos a distribuição de reincidentes e não-reincidentes nas diferentes faixas etárias percebemos que os resultados são variados. Os dados mostram que nas faixas de 18 a 21 anos e 22 a 25 anos a proporção de reincidentes, ou não, é igual, 50%. Já nas faixas de 26 em diante a proporção de reincidentes é mais que o dobro dos não-reincidentes, situando-se entre 70% e 75%. Esta questão em relação aos presidiários do sistema penal do Rio de Janeiro mostra uma situação bem diferente. Nas duas primeiras faixas de idade, 18 a 21 anos e 22 a 25 anos, quase não há reincidência, uma vez que a proporção de presos neste caso se situa entre 92% e 95%. Já nas faixas acima de 40 anos, as taxas de reincidência, embora inferiores, são mais próximas das que encontramos, variando entre 67% e 72% (cf. Lemgruber, 1990). Estes dados mostram que além dos nossos entrevistados terem passado por internatos de "menores", entram no sistema penitenciário no início da maioridade e se tomam presidiários reincidentes ainda muito jovens.

De acordo com o Quadro 2, pode-se perceber que a maior parte dos entrevistados (58,8%) é preso a primeira vez por cometer crimes contra o patrimônio. Este nosso dado se aproxima bastante do que foi verificado por Lemgruber, 1990, ao mostrar que 63,4% dos crimes praticados pelos internos do sistema penal do Rio de Janeiro foram também contra o patrimônio. Entretanto, não podemos afirmar o mesmo em relação aos dados obtidos pela FUNABEM, 1975, que em seu estudo sobre os ex-alunos daquela instituição, detidos por infrações penais depois de atingida a maioridade, mostrou que a

porcentagem dos crimes praticados contra o patrimônio era de 36%. Já com relação às infrações à Lei de Contravenções Penais, seus dados são mais significativos (45%) que os que encontramos (8,8%). Em contrapartida, os percentuais relativos a infrações mais graves, como homicídio e assalto são pouco significativos (8%), enquanto nossa pesquisa indica um percentual de 14%.

QUADRO 2 – INFRAÇÕES PENAIS

INFRAÇÕES PENAIS	Nº	%
Patrimônio	67	58,8
Pessoa	16	14,0
Tóxico	15	13,2
Contravenção penal	10	8,8
Outros	04	3,5
Sem informação	02	1,7
TOTAL	114	100,0

Portanto, ao contrário dos dados pesquisados pela FUNABEM, os nossos entrevistados cometeram "delitos", em sua maioria, contra o patrimônio. Os crimes contra a pessoa ("delitos" mais graves) apareceram como sendo a segunda maior infração penal e os crimes ligados à contravenção foram pouco significativos, como se pode observar nos Quadros 3 e 4.

QUADRO 3 – INFRAÇÕES CONTRA O PATRIMÔNIO

PATRIMÔNIO	Nº	%
Roubo	55	82,1
Furto	11	16,4
Outros	01	1,5
TOTAL	67	100,0

QUADRO 4 – INFRAÇÕES CONTRA A PESSOA

PESSOA	Nº	%
Homicídio	12	75,0
Agressão	03	18,7
Estupro	01	6,3
TOTAL	16	100,0

Entre os crimes contra o patrimônio destaca-se o roubo com 82,1% dos casos, e entre os crimes contra a pessoa destaca-se o homicídio com 75% dos casos.

Comparando os dados referentes às pessoas que passaram por internato de "menores" com os presos do sistema penitenciário em geral, Lemgruber, 1990, notamos que há uma ligeira acentuação da extensão da pena, sendo significativa a diferença na pena extensa (mais de 20 anos). Essa diferença provavelmente se explica pela proporção mais elevada de presos reincidentes encontrada em nossa pesquisa.

QUADRO 5 – EXTENSÃO DA PENA

EXTENÇÃO DA PENA	Dados pesquisa atual (1990)		Dados pesquisa Lemgruber (1988)	
	Nº	%	Nº	%
Até 2 anos	06	5,2	40	9,5
De 3 a 5 anos	35	30,7	142	33,9
De 6 a 8 anos	23	20,2	91	21,7
De 9 a 12 anos	14	12,3	53	12,6
De 13 a 20 anos	14	12,3	48	11,4
Mais de 20 anos	18	15,8	33	7,9
Sem informação	04	3,5	13	3,0
TOTAL	114	100,0	420	100,0

No Quadro 6 observa-se que os presidiários mais jovens (18 a 21 anos) são condenados em maior número a penas médias (3 a 8 anos). Os jovens de 22 a 25 anos também recebem condenação média, porém havendo um maior número de pessoas com tempo médio de reclusão um pouco mais longo. Entre os mais velhos os dados são bem distribuídos, não havendo concentração significativa em nenhum dos tempos de condenação.

QUADRO 6 – TEMPO DE CONDENAÇÃO E IDADE ATUAL

IDADE	Tempo de condenação							
	Total	Até 2	3/5	6/8	9/12	13/20	+20	s/inf
18 a 21 anos	18	02	07	03	01	02	03	-
22 a 25 anos	37	02	15	11	01	03	03	02
26 a 30 anos	34	01	09	03	07	04	09	01
31 anos ou +	24	01	04	06	05	05	03	-
Sem informação	01	-	-	-	-	-	-	01
TOTAL	114	06	35	23	14	14	18	04

A análise dos dados relativos aos dois períodos de reclusão (internato e prisão) leva à consideração de alguns aspectos que merecem atenção.

Observando-se os dados sobre o tempo de reclusão e idade em que foram presos a primeira vez, verificamos que dos 45 entrevistados que foram presos a primeira vez com 18 anos, 20,9% são aqueles que caracterizamos como "jovens institucionalizados"; desses, 5 (55,5%) ficaram mais de 8 anos internos e cumprem penas que vão de 5 a 15 anos de reclusão. Podemos, então, ressaltar que essas pessoas estiveram e vão estar reclusas grande parte de suas vidas. Nesse tempo elas permanecem fora do convívio social, tuteladas pelo Estado, seja enquanto internos da FUNABEM, ou, apenados do Sistema Judiciário.

Vimos ainda que 79,1% dos entrevistados presos com 18 anos são aqueles que caracterizamos como "jovens não-institucionalizados"; desses, 29,4% passaram até 1 ano nos internatos e estão cumprindo penas de mais de 15 anos de reclusão nas penitenciárias.

Estes dados levantam questionamentos não só sobre o tipo de atendimento oferecido, mas, também, sobre a prática de desligamento institucional, feito em geral repentinamente, no qual a pessoal se percebe inteiramente desassistida. Esta situação é particularmente dramática quando se trata de pessoas que ficaram muitos anos internos – os "institucionalizados" (Cf. Altoé, 1993).

O que observamos nesses dados sobre a prisão dos ex-internos é que eles não se diferenciam muito dos outros presos do sistema penitenciário. Entretanto, é importante ressaltar que nossos entrevistados, tendo sido apreendidos na "de menor", mostravam sintomas claros de estarem passando por situação sócio-familiar muito complicada e difícil de se reverter sem algum apoio importante, da comunidade ou das instituições públicas.

O atendimento oferecido pelo Estado, que até então praticamente se expressou naquele oferecido nos estabelecimentos da FUNABEM, órgão federal responsável pela política de Bem-Estar da Criança e do Adolescente, não parece ter tido qualquer peso para reverter a situação dessas pessoas quando eram adolescentes.

Esta afirmação se toma contundente, quando se constata que 43% dos entrevistados foram presos a primeira vez antes dos 19

anos; e 28,9% foram presos a primeira vez entre 19 e 20 anos. Ou seja, 71,9% dos ex-alunos da FUNABEM que foram entrevistados entraram na prisão antes mesmo de completarem 21 anos, quando alcançaram a maioridade civil.

Tendo conhecimento de que os jovens que passam pelos internatos são transferidos de local com enorme frequência (Cf. Altoé, 1990) e considerando que os dados desta pesquisa apontam nessa mesma direção – 68,4% dos entrevistados passaram por mais de um internato, 40,3% passaram por mais de dois internatos e somente 31,6% passaram por um único internato indagamos sobre esta questão dentro do sistema penitenciário. Os dados obtidos foram: 72% dos entrevistados passaram por mais de uma penitenciária, 53,5% por mais de duas e somente 28% passaram por uma única penitenciária. Essa mobilidade mostra que, assim como nos internatos, na prisão não há continuidade de atendimento, a pessoa não tem oportunidade de manter as referências que ali constrói (amigos, objetos, etc.), e não tem possibilidades ou incentivo para planejar um projeto de vida. As repercussões na criança (no internato) e no adulto (no presídio) são diferentes, porém ambas são sérias e expressam uma prática institucional que não permite que a pessoa se organize e se constitua enquanto sujeito e cidadão.

Outra questão relevante se refere ao número de vezes que essas pessoas entram no sistema de internato e no penitenciário (Ver Quadro 7).

QUADRO 7 – ENTRADAS NOS SISTEMA DE INTERNATOS E NÚMERO DE VEZES QUE FOI PRESO

INTERNATO	Prisão					
	Total	1	2	3	4	Mais de 4
1	52	23	14	09	02	04
2	30	08	12	03	04	03
3	20	08	04	03	02	03
4	05	01	-	03	01	-
Mais de 4	07	04	01	01	-	01
TOTAL	114	44	31	19	09	11

Dos 70 entrevistados que foram presos mais de uma vez, 41, ou seja, 58,5% entraram no sistema de internatos também mais de

uma vez. Assim, pode-se dizer que a maioria dos presidiários, ex-alunos de internatos, é de fato aquela que passou diversas vezes no sistema de internatos, sem, no entanto, ficar nestes locais por muito tempo.

Os dados apresentados nos mostram que nem o internato e nem o sistema penal são eficientes, no sentido de promoverem um redirecionamento na trajetória da vida de seus tutelados. O que se observa na prática do funcionamento cotidiano desses estabelecimentos e que os dados sugerem é que internar ou prender a pessoa não tem como objetivo promovê-la, mas simplesmente fazê-la "pagar uma pena" pelos atos cometidos.

X. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu inicialmente discriminar quem eram os presidiários egressos dos estabelecimentos de assistência ao "menor carente e infrator", segundo as categorias usadas até 1990, quando vigorava o Código de Menores. Na investigação feita, foi possível e necessário relativizar estas categorias e mesmo outras, tais como, "menor de rua", "perambulante", pois se observou que estas formas de enquadrar as pessoas não eram úteis para entender quem eram elas. Percebeu-se que, mais do que meros rótulos, tratava-se de classificações de cunho jurídico aplicado, utilizadas pelas autoridades, pelos práticos e estudiosos, para definirem medidas e políticas de intervenção junto a esta população'. Percebemos, entretanto, que ao implementar nosso estudo que abarcou uma população bem definida – presidiários egressos de estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente – investigamos uma realidade mais ampla que é a infância pobre da grande cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido a pesquisa levanta algumas questões sobre as famílias e grupos domésticos de referência dessas pessoas, mostrando a importância de uma investigação mais aprofundada da lógica das relações de parentesco e de afinidade. Mostra as dificuldades pelas quais passam a criança e o adolescente e como nem a família, nem a escola parecem conseguir dar o apoio que se faz necessário para que tenham uma formação profissional adequada que possa lhes permitir fazer projetos para suas vidas na maioridade. A organização da comunidade em que moram e o lazer oferecido, também não se mostra importante na vida desses jovens. Ocorre então um distanciamento ou ruptura com a família e a comunidade de origem, sendo mais difícil sua inserção social, favorecendo de alguma forma o início de seus atos de infração.

Vejamos, agora, de forma sucinta os principais dados coligidos e algumas considerações analíticas a respeito.

A maior parte (78,1%) dos entrevistados tem menos de 30 anos, sendo que 47,4% estão na faixa etária entre 18 e 25 anos, o que significa que há uma maior concentração dessas pessoas nessa faixa etária, em relação aos presos do sistema penitenciário do Rio de Janeiro.

Quanto à escolaridade, observamos que 69,3% dos entrevistados tinham entre a 1ª e a 7ª série concluídas; a saída precoce da escola ocorre com grande parte deles. O nível de escolaridade dos nossos entrevistados é muito mais baixo do que aquele encontrado para o conjunto da população masculina na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1989.

Quanto ao aprendizado de uma profissão, constatamos que 45,6% dos entrevistados declararam que tiveram oportunidade de frequentar um curso profissionalizante antes dos 18 anos. E desses, 55,8% obtiveram diploma, sendo maior o rendimento das escolas profissionalizantes do que dos cursos oferecidos nos internatos ou firmas. Constatamos, entretanto, que o fato de terem feito um curso profissionalizante não retardou a entrada dessas pessoas no presídio.

Devido às difíceis condições financeiras da família, essas pessoas começaram a trabalhar a partir dos 6 anos, sendo que os dados mostram que 55,3% dos entrevistados começaram a trabalhar antes dos 18 anos. É importante observar também que as condições de trabalho eram precárias, na medida em que, apenas 48% dos que tiveram emprego trabalharam com carteira assinada. A baixa escolaridade, a dificuldade de profissionalização e a idade com que começaram a trabalhar explicam o fato de que a maioria dos entrevistados exerceram ocupações manuais ou não qualificadas.

A situação de vida dessas pessoas na infância foi muito difícil devido às condições de moradia, aos conflitos familiares e à falta de apoio das instituições públicas, que refletem a inexistência de uma política básica adequada de atendimento à infância e à adolescência. Tudo isso parece ter favorecido para que essas pessoas, ainda muito jovens, saíssem de casa. A necessidade de autonomia e de melhoria de condições de vida, frente à impossibilidade de que isso pudesse ocorrer, parecem ter impulsionado estes jovens a terem um comportamento considerado "antissocial" pelas instituições que, ao invés de protegerem e apoiarem, os condenam à reclusão social. Nossos dados mostram que 37,7% dos entrevistados saíram de casa por apresentarem comportamento "antissocial", enquanto 21% dos motivos se referem a questões ligadas ao conflito familiar. O terceiro motivo alegado foi a falta de condições financeiras.

Devido às dificuldades que acabamos de mencionar, essas pessoas acabaram sendo internadas, seja pela família, seja pela

polícia, ou órgãos de assistência ao "menor". Constatamos que 55,26% dos entrevistados entraram pela primeira vez no internato na puberdade ou início da adolescência (entre 11 e 15 anos). É importante constatar também que a grande maioria (73,68%) ficou internada no máximo até um ano e que 45,6% começaram a praticar "delitos" na menoridade. Estas questões nos fizeram refletir sobre as condições desses presidiários, quando eram "menores", e nos levou a relativizar as categorias "menor carente", "menor infrator", "menino de rua". E, observando a história institucional que percorreram, nos permitiu caracterizá-los em dois grandes grupos: "jovens institucionalizados" (24,5%) e "jovens não-institucionalizados" (75,5%). A reflexão sobre essa segmentação é rica e merece maior aprofundamento, pois revela, sobretudo, a falta de assistência à infância e à adolescência da população pobre.

A situação de vida logo após o desligamento do internato indica que, apesar da manutenção dos laços familiares, as condições gerais de vida dessas pessoas se mantêm as mesmas e a reclusão não parece ter qualquer influência em sua inserção social através das vias mais aceitas pela sociedade. Nesse sentido, os dados que indicam que 72,6% dos entrevistados entraram na prisão entre 18 e 21 anos de idade não se revelam uma surpresa. Mas é importante fazer uma consideração, que os dados aqui apresentados permitem – trata-se de um mito a afirmação de que a passagem do jovem pelo internato o torna um delinquente; ou seja, não há relação necessária entre aqueles que foram internados e a entrada no sistema penal.

O que se observa como questão problemática e fundamental é que a reclusão, seja "na maior" ou "na menor", não parece trazer qualquer indício de promoção social dessas pessoas – quer no sentido de um investimento no jovem para que acumule aprendizado ou formação profissional que lhe possibilite uma melhor inserção social, quer no sentido de orientá-lo e apoiá-lo para que ele próprio possa buscar caminhos novos com remuneração digna e dentro de áreas de interesse que sejam estimulantes. O que se observa é que, situados na faixa da população pobre, não conseguem sair deste lugar; reproduzem simplesmente sua condição de "pobre" e não se tomam cidadãos. Acabam sendo novamente tutelados pelo Estado e sem muitas chances de deixarem de sê-lo.

Para essas pessoas, o internato e o presídio significam, sobretudo, uma monotonia, conforme a afirmação de Carlos, no início deste trabalho – "Não dá para ter lembrança, tudo é a mesma coisa. É igual ao presídio, não tem nada de bom". A sociedade, isto é, a vida social parece percebida como uma sucessão de instituições totais que repetem procedimentos e rotinas. E, como me escreveu Alfredo Wagner a propósito deste trabalho:

> Há, como que uma camisa de força confinando as possibilidades de uma vida fora dos muros dos estabelecimentos. E os detentos parecem prisioneiros (não apenas dos presídios) desta passagem (instituição total – vida social), fortalecendo práticas mais adequadas às instituições totais (quando "libertos") e sujeitos a contradições (que levam a sanções).

XI. ANEXO

Os dados estatísticos das diversas pesquisas e levantamentos realizados revelam que:

De acordo com um levantamento feito pela FUNABEM, 1975, que investigou um universo de 7.981 ex-internos nascidos entre 1948 e 1956, e matriculados em unidades da FUNABEM entre 1966 e 1974, verificou-se que 818 ex-internos passaram pelo sistema penal na maioridade. Isto corresponde a 10,22% da população pesquisada. Da mesma forma que do total de 55.770 indivíduos, que passaram por dois presídios entre 1966 e 1974, os 818 ex-internos correspondem a 1,46% da população carcerária pesquisada.

Segundo dados pesquisados por Lemgruber, 1990, 24,3% da população do Sistema Penal do Rio de Janeiro passaram por instituições para "menores". Sendo que, entre os não-reincidentes este percentual abaixa para 19,9% e entre os reincidentes atinge 34,1%.

Segundo os dados obtidos pelo censo penitenciário (1989), 51% dos presos do Estado do Rio de Janeiro têm entre 18 e 29 anos, e 72% têm entre 18 e 34 anos. Desta população carcerária, 22,5% já passaram por estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente, 50% têm primário, 21% têm o ginasial e 12% o 2° Grau (Lins e Silva, 1990).

No levantamento que realizamos, comparamos as informações forneci das pelo CBIA (listagem de 2.918 matriculados pela primeira vez na FUNABEM no ano de 1988) com as informações fornecidas pelo DESIPE, que encontramos listada no computador, referentes à população carcerária de outubro de 1988 a maio de 1991. Dos 2.918 ex-alunos, 124 estão ou passaram pelo sistema penal. Isto corresponde a 4,2% da população estudada.

XII. BIBLIOGRAFIA

ALTOÉ, S. *L 'Ecole-caserne pour enfants pauvres.* Department de Ciences de l'Education, Paris VIII, Paris, 1988.

________. *Menores em Tempo de Maioridade,* relatório de pesquisa (mimeo), FINEP/CESPI-USU, maio de 1989.

________. *Infâncias Perdidas.* Xenon, RJ, 1990.

________. "Internato de Menores – educar para (de)formar?" in *Forum Educacional.* F.G.V. vol.14, n 2, Rio de Janeiro, 1990.

________. "Para onde vão os jovens após o internato?" in *Tempo e Presença,* CEDI, Ano XIII, n° 258, Rio de Janeiro, 1991.

________. *Menores em Tempo de Maioridade – Do Internato-prisão à Vida Social.* Ed. Universitária Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 1993.

ALTOÉ, S., ALVIM, R. "Eternos Menores", in *Tempo e Presença,* CEDI, n 277, Rio de Janeiro, março de 1987.

BARROS, J. "Uma Bandeira para o Sindicalismo" in *Criança e Adolescente – Trabalho e Sindicalismo,* CEAP, n° 2, Rio de Janeiro, outubro de 1991.

BONFIM, M. *Egressos da FUNABEM.* Dissertação de Mestrado (mimeo), Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CAMPOS, A. V. *O Menor Institucionalizado.* Vozes, Rio de Janeiro, 1984.

COSTA LEITE, L. *A Magia dos Invencíveis.* Vozes Petrópolis, 1991.

CRIANÇA: *Realidade e Sonho / Children: Reality and the Dream*, Salamandra Consultaria Editorial S.A., Rio de Janeiro, 1992.

DESIPE/IBGE *Censo da população do sistema carcerário do Estado do Rio de Janeiro,* 1989.

FERREIRA, R. F. *Meninos de Rua.* CEDEC, São Paulo, 1979.

FUNABEM *Ex-Alunos da FUNABEM Detidos por Infrações Penais Depois de Atingida a Maioridade,* (mimeo), Rio de Janeiro, 1975.

FUNABEM/SEDIS *Caracterização da Situação do Menor Autor de Infração Penal no Estado do Rio de Janeiro*, (mimeo), Rio de Janeiro, maio de 1986.

LEMGRUBER, J. "Reincidência e Reincidentes Penitenciários no Sistema Penal do Rio de Janeiro" in *Revista da Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul,* Ano I**,** n° 2, Porto Alegre, jan./fev./mar. de 1990.

LINS E SILVA, T. "A Imagem da Justiça" in *Brasil Nação Sequestrada.* Vozes, Petrópolis, set. de 1990.

MARQUES, J.B.A. *Marginalização: Menor e Criminalidade.* McGraw-Hill do Brasil L TDA, São Paulo, 1976.

RAMALHO, J.R. *O Mundo do Crime,* Graal, Rio de Janeiro, 1979.

RIZZINI, I. "Geração de Rua". *Série Estudos e Pesquisas 1*, CESPI-USU, Rio de Janeiro, 1986.

RIZZINI, I., RIZZINI, I. *Menores Institucionalizados e Menores de Rua: os grandes temas de pesquisa na década de oitenta*. UNICEF /FLACSO, 1991.

WAGNER, A. *Extermínio de Crianças no Campo,* (mimeo), 316 p., Rio de Janeiro, 1991.